

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA (3ª REUNIÃO) REALIZADA NO DIA DEZ DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E SEIS**-----

----- Aos dez dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, terceira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo

## DRAFT

Nuno Elias Gonçalves da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, José Vitor dos Reis, Sara Diana Campos Leiria Goulart de Medeiros, Francisco Alves da Silva Ramos, Rosa Lourenço, Ana Paula Viseu, Susana Maria da Costa Guimarães, Catarina Canongia Homem, Duarte Albuquerque Carreira, Sandro Araújo, Luís Graça Gonçalves, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, João Pulido Pereira Freire de Andrade e Ricardo Filipe Barbosa Santos.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- Ricardo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Susana Guimarães.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Vitor Reis.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves da Silva Ramos.-----

----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Freire de Andrade.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo. ----

----- José Alberto Ferreira Franco (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Catarina Homem.-----

## DRAFT

----- Solicitou a suspensão do mandato, a Deputada Municipal Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha (PS), sendo o mandato assumido pela Deputada Municipal Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, durante o período de 180 dias, com início a 9 de maio de 2016, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 34/2016, de 3 de maio de 2016, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Retirar a falta marcada ao Deputado Municipal Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PJF da Estrela – PSD) na 92ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (59ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 1 de fevereiro de 2016. -----

----- Justificar a falta da Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes (PCP – em substituição da D.M. Deolinda Carvalho Machado) na 99ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (64ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 15 de março de 2016. -----

----- Justificar as faltas à 100ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (65ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 29 de março de 2016, dos Deputados Municipais a descrever: Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha (PS), João Diogo Moura (CDS-PP), Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP) e Ana Maria Gaspar Marques (IND). -----

----- Justificar as faltas à 101ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (66ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 31 de março de 2016, dos Deputados Municipais a descrever: Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PJF Santa Maria Maior - PS), Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves (PJF Lumiar – PS), Deputado Municipal Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira (PS), Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PJF Estrela - PSD), António Modesto Fernandes Navarro (PCP) e Fábio Martins de Sousa (PJF Carnide – PCP). -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa (PSD) à 102ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (67ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 5 de abril de 2016. -----

----- Injustificar as faltas dos Deputados Municipais: Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS) à 95ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (62ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 16 de fevereiro de 2016 e de Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD) à 94ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (61ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 10 de fevereiro de 2016. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, João Paulo Saraiva, João Afonso, Jorge Máximo, Catarina Vaz Pinto e Catarina Albergaria. -----

## DRAFT

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e José Cal Gonçalves.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde a todos, sejam bem-vindos.-----

----- Julgo que algumas pessoas se queixaram que a sala está um pouco fria, já mandei ligar o ar condicionado, esperemos que brevemente se sintam mais confortáveis e que não precisem de tantos casacos, até porque já estamos em maio, mas parece que o tempo não nos acompanha.-----

----- Já temos quórum.-----

----- Queria dar as boas-vindas aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas, ao Público assistente, às Senhoras jornalistas. Pedir que ocupem os vossos lugares por favor e pedia principalmente ao Senhor ao Senhor Primeiro Secretário, pedia ao Senhor Primeiro Secretário também para ir para o seu lugar, aí vem ele, para podermos começar a nossa Sessão. -----

----- Senhores Deputados, na última reunião de continuação da Sessão Ordinária e esta também é uma continuação, é a terceira. Na segunda Reunião de continuação da Sessão Ordinária, eu cometi um lapso mas também ninguém me chamou à atenção, portanto, peço desculpa, e vou passar a esclarecer e já não é a primeira vez que isto acontece. -----

----- Nós temos intervenção do Público em todas as Sessões, Ordinárias ou Extraordinárias. As Sessões Ordinárias podem ter várias Reuniões e nas Reuniões seguintes das Sessões Ordinárias não há intervenção do Público, que é o caso hoje, hoje tem que ser uma Sessão Ordinária porque vamos apreciar as contas, tem que ser obrigatoriamente em Sessão Ordinária e não há intervenção do Público por essa razão, mas segundo o nosso Regimento em todas as Sessões e Reuniões há Período Antes da Ordem do Dia, pode não haver intervenção do Público mas há Período Antes da Ordem do Dia pelo que eu pedi para enviarem Moções e Recomendações para serem discutidas no princípio da Sessão de hoje no PAOD. -----

----- O pedido de desculpas prende-se com o facto de eu não ter marcado PAOD na segunda Reunião da Sessão Ordinária e não vos ter avisado nem solicitado para apresentarem documentos, isto a confusão é que umas coisas têm público e outras têm PAOD e não é exatamente igual nas duas vezes, portanto, foi essa a minha confusão, peço desculpa mas também ninguém me alertou, desta vez a minha Jurista alertou-me e portanto está apresentada a explicação para esta diferença de critérios.-----

----- No Período de Antes da Ordem do Dia de hoje o Senhor Primeiro Secretário tem expediente para ler, temos umas quantas Atas a aprovar, para além das atas para aprovar há aqui um extrato de uma Ata que eu tenho que pôr também à aprovação porque é necessária para um processo que vai para Tribunal de Contas, é apenas um ponto da Ata de dia 2 de fevereiro e depois temos então a nossa Ordem de Trabalhos para hoje.-----

----- Dizer-vos ainda que relativamente aos Pareceres também já foram distribuídos e colocados no site e eu penso que relativamente à Ordem de Trabalhos de hoje não tinha mais nada de extraordinário a dizer que relativamente à Ordem de Trabalhos da próxima semana segundo o nosso calendário que está previsto é perguntas à Câmara e, portanto, convinha que elas dessem entrada, hoje é o dia limite para elas serem enviadas para a Câmara, tem que ser com uma semana de antecedência, portanto se alguma das forças políticas ainda não entregou as suas perguntas eu peço que diligencie no período agora durante a tarde para o fazerem a fim de podermos enviar as perguntas à Câmara nos termos regimentais.-----

----- Na sessão da semana que vem vamos ter então perguntas à Câmara e vamos ter já a apreciação de propostas, nós temos já algumas propostas com pareceres aprovados em Comissão e, portanto, penso que podemos aproveitar bem o tempo e resolver algumas propostas que temos pendentes.-----

----- Posto isto eu iria pedir ao Senhor Primeiro-Secretário que fizesse o favor, uma leitura resumida, como sempre, do expediente.”-----

-----**Período de Antes da Ordem do Dia**-----

-----**Leitura do Expediente**-----

-----**O Senhor Primeiro-Secretário Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Caras e Caros colegas Deputados Municipais...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Primeiro-Secretário, eu peço desculpa mas no meio disto tudo não disse uma coisa que devia ser a primeira de todas, peço-lhe imensa desculpa.-----

----- Nós temos uma Senhora Deputada nossa colega, a maria Begonha, que assumiu funções numa tarefa que é profissionalmente que é incompatível com a manutenção deste lugar na Assembleia Municipal e, portanto, pede a sua suspensão por um período de 180 dias, pela que a vaga é preenchida pela seguinte na lista, que é a Deputada Ana Luísa Flores de Moita Regedor, que nós já conhecemos porque tem sido muitas vezes substituta e é a ela que compete agora assumir o lugar, portanto, verificada a identidade e a legitimidade deste processo a substituição opera-se de imediato, portanto, a Senhora Deputada Ana Regedor pode iniciar o exercício de funções como membro efetivo, de acordo com o que está previsto na Lei e naturalmente assinar o termo de posse que já está rubricado por mim.-----

----- Portanto, desejar felicidades profissionais à Ex-Deputada Maria Begonha.-----

----- Agora sim, com este problema de quórum resolvido, agora sim Senhor Primeiro Secretário a leitura do expediente.”-----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nós recebemos expediente emanado da Assembleia da República, de alguns Grupos Parlamentares. O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português enviou-nos um requerimento que fez ao Governo sobre o anúncio da expansão do

Metropolitano de Lisboa do Rato ao Cais do Sodré e enviou-nos também uma pergunta que dirigiu ao Governo através do Ministério do Ambiente sobre a situação das empresas Transtejo, Soflusa e do Transporte Fluvial entre os Concelhos de Lisboa e de Almada, Seixal, Barreiro e Montijo. -----

----- Do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista os Verdes enviaram-nos um projeto de resolução que propõe uma nova atualização do Programa Nacional de Vacinação e uma pergunta dirigida ao Governo através do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social sobre o recurso a recibos verdes na contratação de Técnicos Superiores na Casa Pia de Lisboa.-----

----- Recebemos também da Assembleia Municipal de Sesimbra um conjunto de expediente, uma Moção referente e contra o terrorismo, pela paz e cooperação, uma outra referente aos 40 anos da Constituição de 1976 e também documentação referente à Sessão Ordinária da sua Assembleia Municipal. -----

----- Do Fórum Cidadania Lisboa recebemos um *email* dirigido à Senhor Diretora Geral do Património Cultural, relativo ao pedido de acompanhamento de obras a decorrer no Edifício Ventura Terra, na Rua Alexandre Herculano n.º 57 em Lisboa, e é tudo Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, chamo a vossa atenção que há outro Edifício Ventura Terra em Lisboa e, portanto, para não haver confusão este é o da Alexandre Herculano, o outro Edifício Ventura Terra está na Marquês da Fronteira e pelo Conselho de Ministros foi deliberada a sua, autorizar a Universidade Nova a vendê-lo e, portanto, para não fazerem confusão, não é este que vai ser vendido, é o outro, o da Marquês da Fronteira. -----

----- Vamos então agora, lido o expediente, pôr à vossa consideração as Atas.” -----

----- **APROVAÇÃO DAS ATAS N.º. 86, DE 17 DE NOVEMBRO; N.º. 88, DE 15 DE DEZEMBRO; N.º. 90 DE 12 DE JANEIRO E N.º. 91, DE 26 DE JANEIRO; E DO EXTRATO DA ATA DA N.º. 93 DA AML, DE 2 DE FEVEREIRO, REFERENTE AO PONTO A DA PROPOSTA N.º. 632/CM/2015;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Alguém pede a palavra? Se algum Senhor Deputado não esteve presente nalguma destas reuniões eu peço que se abstenham, porque nos termos do novo Código do Procedimento Administrativo as pessoas não podem votar Atas nem Reuniões em que não estiveram presentes, portanto, apenas para darmos cumprimento, já era esta a nossa prática, apenas para darmos cumprimento a isto. -----

----- Vou pôr à votação em conjunto. Não há votos conta e nem abstenções. Estão aprovadas por unanimidade.-----

-----De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 86, 88, 90, 91 e excerto da

93, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes nas reuniões a que as mesmas respeitam.-----

----Ata n.º 86, Sessão Ordinária-1ª Reunião, realizada em 17 de novembro de dois mil e quinze: Augusto Miguel Gama (PS), Diogo Leão (PS), José António Cardoso Alves (PS), Nuno Pintão (PS), Pedro Delgado (PS), Rosa Lourenço (PS), Ana Paula Viseu (PS), Susana Guimarães (PS), Duarte Carreira (PS), Sérgio Azevedo (PSD), Luís Graça Gonçalves (PSD), Nelson Pinto Antunes (PSD), Ricardo Santos (PSD), Deolinda Machado (PCP), José Vitor Reis (PCP), Sara Medeiros (BE), Francisco Ramos (BE), João Freire de Andrade (CDS-PP), José Manuel Rodrigues Moreno (PNPN), Floresbela Pinto (IND) e Catarina Homem (IND).-----

----Ata n.º 88, Sessão Ordinária – 3ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de dois mil e quinze: Diogo Leão (PS), Rosa Lourenço (PS), Susana Guimarães (PS), Duarte Carreira (PS) Miguel Coelho (PS), João Pinheiro (PS), Luís Graça Gonçalves (PSD), Deolinda Machado (PCP), José Vítor Reis (PCP), Ana Páscoa (PCP), Sara Medeiros (BE), Francisco Ramos (BE), João Freire de Andrade (CDS-PP) e Catarina Homem (IND).-----

----Ata n.º 90, Sessão Extraordinária, realizada em 12 de janeiro de dois mil e dezasseis: Diogo Leão (PS), José António Cardoso Alves (PS), Nuno Pintão (PS), Ana Paula Viseu (PS), Susana Guimarães (PS), Duarte Carreira (PS), José Videira (PS), Nelson Pinto Antunes (PSD), Álvaro Carneiro (PSD), Deolinda Machado (PCP), José Vitor Reis (PCP), Ana Páscoa (PCP), Sara Medeiros (BE), Francisco Ramos (BE), João Freire de Andrade (CDS-PP), Catarina Homem (IND), Ana Regedor (IND) e Sandro Araújo (IND).-----

----Ata n.º 91, Sessão Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de dois mil e dezasseis: Diogo Leão (PS), Susana Guimarães (PS), Duarte Carreira (PS) Miguel Coelho (PS), João Pinheiro (PS), Hugo Lobo (PS), Margarida Saavedra (PSD), Deolinda Machado (PCP), José Vitor Reis (PCP), Sara Medeiros (BE), Francisco Ramos (BE), João Freire de Andrade (CDS-PP), Catarina Homem (IND), Sandro Araújo (IND) e Helena Roseta (IND).-----

----Excerto da Ata n.º 93, Sessão Extraordinária, realizada em 2 de fevereiro de dois mil e dezasseis: Diogo Leão (PS), Susana Guimarães (PS), Duarte Carreira (PS), Miguel Coelho (PS), Hugo Lobo (PS), Sérgio Azevedo (PSD), Luís Graça Gonçalves (PSD), Nelson Pinto Antunes (PSD), Fernando Rosa (PSD), Deolinda Machado (PCP), José Vitor (PCP), Fábio Sousa (PCP), Sara Medeiros (BE), Francisco Ramos (BE), João Freire de Andrade (CDS-PP), Catarina Homem (IND).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos prosseguir, agora sim entramos no período político desta Sessão, na parte do PAOD, temos uma série de documentos apresentados por vários Grupos Políticos, não temos ninguém inscrito ainda nem temos o telefona aqui na Mesa, chamo a atenção dos serviços que o telefone não está aqui, o telefone da Bancada, portanto, têm que nos fazer sinal, sinalizem-nos à mão. -----

----- O que é que se passa com o telefona da Bancada? Não temos o telefone da Bancada aqui e, portanto pergunto, vou perguntar formalmente, o Senhor Deputado Municipal dos Verdes está-me a chamar a atenção, não percebo se é para se inscrever...-----

----- Eu peço para levantarem os braços os grupos que se querem inscrever, para a Mesa, o Senhor Deputado Miguel Santos, o Senhor Deputado Ricardo Robles, para já vamos dar a palavra a estes dois, se houver mais inscrições veremos.-----

----- O Senhor Deputado Sobreda Antunes também se quer inscrever? Estamos sem telefone na Mesa e eu não consigo entender, mas está-se a querer inscrever, é isso? Portanto, tem o Miguel Santos, o Sobreda Antunes e o Ricardo Robles, se faz favor. Desculpem pôr assim os Senhores Deputados com estes nomes que eu acabei de dizer.

----- Senhores Deputados, os Senhores Deputados vão apresentar os vossos documentos, eu quero apenas chamar a vossa atenção que vamos ter também depois Votos de Pesar, que os Votos de Pesar que a Mesa lerá antes das votações, ou se quiserem podem-nos já, se o Senhor Deputados Miguel santos quiser aguardar só um bocadinho podíamos ver primeiro os Votos de Pesar, que é o que costuma ser. -----

----- Senhor Deputado Miguel Santos, nem suba as escadas, que lhe custam a subir, temos dois Votos de Pesar que vamos pôr em primeiro lugar e depois sim a sua intervenção.-----

----- São dois votos de passar apresentados pelo Bloco de Esquerda, um pelo falecimento do Doutor Paulo Varela Gomes e outro pelo falecimento de Rui D’Espiney. O Senhor Primeiro-Secretário vai ler o primeiro voto, se faz favor.” -----

----- **VOTO DE PESAR Nº. 1/106 (BE) – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE PAULO VARELA GOMES;**-----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário Rui Paulo Figueiredo** leu o Voto de Pesar nº. 1/106: -----

----- “*Voto de Pesar, apresentado pelo Bloco de Esquerda, pelo falecimento de Paulo Varela Gomes.*-----

-----*Paulo Varela Gomes deixou-nos no passado dia 30 de abril, aos 63 anos. -----*

-----*Nascido em Lisboa, em 1952, Paulo Varela Gomes era licenciado em História pela Universidade de Lisboa, mestre em História de Arte pela Universidade Nova de Lisboa, e doutorado em História da Arquitetura pela Universidade de Coimbra, de que era Professor Associado, no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Dela se despediu em 2012, com uma última lição, Do Sublime em Arquitetura. -----*

-----*Provocador, mas afetivo, acutilante, mas sedutor, Paulo Varela Gomes beneficiou do respeito e da admiração que gerações de estudantes nutriam por ele. ----*

-----*Estudantes que, de forma brilhante, cativou para a arquitetura, quer com os ensaios e críticas que escreveu, quer com os documentários de que foi autor e apresentador (como O Mundo de Cá, sobre as civilizações que os portugueses encontraram quando chegaram à Índia e ao Ceilão, e Malta Portuguesa, sobre as relações ocultas entre Portugal e Malta).-----*



-----Varela Gomes foi militante do Partido Comunista até meados dos anos 80, partido de que se desvinculou para fundar o Movimento Política XXI. -----

-----Filho de lutadores antifascistas, politicamente empenhado desde a juventude, foi, até ao último dos seus dias, um espírito livre, um “comunista patriota”, como o próprio se definia. -----

-----Autor de obras de referência no domínio da arte e da arquitetura, Paulo Varela Gomes dedicou-se, nos últimos anos, em exclusivo à literatura, publicando um livro de crónicas e quatro romances, todos aclamados pela crítica: *Ouro e Cinza* (2014), *O Verão de 2012* (2014), *Era Uma Vez em Goa* (2015) e *Passos Perdidos* (2016), recebendo, com *Hotel*, de 2014, o Prémio do PEN Clube. -----

-----Delegado da Fundação Oriente em Goa, entre 1996-1998 e 2007-2009, era uma das maiores e mais respeitadas vozes sobre a cultura indiana e sobre a presença portuguesa na Índia e noutros países do Oriente. -----

-----Em *Morrer é mais difícil do que parece*, Varela Gomes resumiu a vida como «(...) uma espécie de maré pacífica, um grande e largo rio. Na vida é sempre manhã e está um tempo esplêndido (...)». E «o amor, que é o outro nome da vida, não me deixa morrer às primeiras: obriga-me a pensar nas pessoas, nos animais e nas plantas de quem gosto». -----

----- Foi numa manhã que partiu Paulo Varela Gomes, deixando um legado notável à Universidade e à cultura portuguesa. -----

-----É, pois, com profunda tristeza que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária, assinala o seu falecimento, transmitindo à sua família e amigos o mais sentido pesar. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária a 10 de Maio de 2016, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: -----

-----Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Paulo Varela Gomes e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família; -----

-----Guardar um minuto de silêncio em sua memória; -----

-----As Deputadas e Deputados Municipais ele4itos pelo Bloco de Esquerda, subscrito pelo Deputado Municipal Ricardo Robles.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como temos um outro Voto de Pesar eu vou desde já pôr à aprovação este e guardaremos um minuto de silêncio para o final que é conjunto. -----

----- Votos contra não há e nem abstenções. **O Voto de Pesar nº. 1/106 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Agora vou pedir à Segunda-Secretária que leia o Voto de Pesar de Rui D’Espiney, que é também apresentado pelo Bloco de Esquerda.” -----

----- **Voto de Pesar nº. 2/106 (BE) – Voto de Pesar pelo Falecimento de Rui D’Espiney;** -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária Rosa Carvalho da Silva** leu o Voto de Pesar nº. 2/106: -----

----- “Voto de Pesar Pelo falecimento de Rui d’Espiney. -----

-----Rui D’Espiney foi um destacado lutador antifascista. Nasceu em Moçambique e o seu percurso político começou como militante do PCP até 1962. Dois anos mais tarde fundou, com Francisco Martins Rodrigues e com João Pulido Valente, o Comité Marxista-Leninista Português/Frente de Ação Popular (CMLP/FAP). -----

----- O sociólogo esteve exilado em França e na Argélia, regressou a Portugal em junho de 1965. Pouco depois foi preso pela PIDE que o torturou e espancou barbaramente. Como contou o próprio Rui D’Espiney, em dada altura do cativeiro fizeram entrar a sua mulher e ela foi incapaz de o reconhecer, tais eram as nódoas negras e o sangue na cara. A exclamação dela, “Enganaram-se na pessoa, este não é o meu marido!”, deu conta da brutalidade com que foi tratado. O cativeiro só terminou com a revolução de 25 de abril de 1974. -----

-----Em 74/75, Rui d’Espiney participou na formação da UDP e, nesse período, foi seu dirigente. -----

-----Depois de 1974, Rui d’Espiney vivia em Setúbal, coordenou vários projetos de desenvolvimento comunitário e educativo, fundou e foi diretor do Instituto das Comunidades Educativas e da ADELE - Associação para o Desenvolvimento Educativo Local na Europa. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária a 10 de Maio de 2016, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: -----

-----1 - Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Rui d’Espiney e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família;-----

-----2 - Guardar um minuto de silêncio em sua memória;-----

----- Lisboa, 6 de maio de 2016. -----

----- As Deputadas e os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda. Subscrito por Ricardo Robles.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Secretária. -----

----- Tenho aqui a informação na Mesa que os Senhores Deputados Independentes também subscrevem estes dois Votos, o que já votámos e o que vamos votar agora eu vou pôr à vossa consideração o Voto de Pesar nº. 2/106, apresentado pelo Bloco de Esquerda e subscrito também pelos Senhores Deputados Independentes pelo falecimento de Rui D’Espiney. -----

----- Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de Pesar nº. 2/106 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- (Neste momento foi feito um minuto de silêncio pelo falecimento de Paulo Varela Gomes e Rui D’Espiney.)-----

----- **INTERVENÇÕES DOS GRUPOS MUNICIPAIS;**-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Assessores, Público em geral. -----

----- O PAN traz hoje a esta Assembleia um tema importante de saúde pública que embora diga respeito a todo o País, irá ser agravado na cidade de Lisboa com o aumento da visita de cruzeiros à nossa cidade. Shipping é o termo mais utilizado para designar o transporte por mar. Nos últimos anos, dado o grande incremento das transações internacionais de mercadorias, temos vindo a assistir a um aumento bastante significativo dos navios que sulcam os mares não só em número mas também em dimensão, originando um conjunto de problemas associados: ao custo dos combustíveis e dos fretes, à eficiência energética e ao respetivo impacto ambiental. ----

----- Supostamente navios de maior dimensão, transportam mais mercadorias e conseguem obter custos mais baixos, por unidade de carga transportada. Entre outros fatores subjacentes a uma economia de escala, contribui ainda para esta redução de custos, a utilização de fuelóleo pesado que é mais barato mas em contrapartida, muito mais poluente. -----

----- Com um tráfego cada vez mais intenso, a queima do fuelóleo pesado aumenta em larga escala, originando a libertação massiva de nano partículas situação já referenciada, conhecida e altamente comprovada por inúmeros estudos científicos que dão visibilidade à correlação positiva existente entre, os locais do mundo onde ocorrem maiores concentrações destas nano partículas e os locais onde a incidência de cancro do pulmão e outras doenças cardiorrespiratórias é maior. -----

----- Face a esta constatação e para proteção do ambiente, dos ecossistemas e da saúde das pessoas, parte significativa dos países do Atlântico Norte e do Mar do Norte têm vindo a criar condições de proteção das suas zonas marítimas, instituindo-as como zonas ECA ou seja como Zona de Controle de Emissões. -----

----- Enquanto os navios atravessam os mares de zonas ECA, utiliza-se um combustível menos poluente como é o caso do gasóleo que tem um baixo teor de enxofre. Logo que os navios se encontram fora das zonas ECA imediatamente é acionado o consumo do fuelóleo pesado que como já referimos é mais barato mas muito mais poluente. Isto é válido para os grandes navios que transportam mercadorias como para os cruzeiros que transportam pessoas. -----

----- Ora, o PAN acredita que não se pode prosperar à custa da saúde dos cidadãos e dos ecossistemas. O impacto está comprovado e está a afetar naturalmente, de forma continuada, a maioria da população portuguesa que vive nas zonas costeiras, incluindo as gerações futuras. -----

----- Dando um claro sinal ao mundo que Portugal está civilizacionalmente atento e que administra os seus recursos naturais de forma soberana e planetariamente responsável, e tendo por objetivo estrito, a proteção da saúde das populações costeiras dos nefastos efeitos das emissões gasosas e de partículas dos navios em trânsito perto

da costa, **instamos por via desta Moção da forma mais veemente, que o Governo de Portugal, a bem do País e da Cidade de Lisboa:** -----

----- a) declare as costas portuguesas como zona de controle de emissões (ECA). -----

----- b) que se criem baterias de indicadores e se proceda à monitorização dos impactos das emissões gasosas e de partículas no ambiente ligadas a esta problemática, nas populações costeiras e não costeiras, na saúde pública e nas contas do Estado. -----

----- Relativamente às outras moções e recomendações dos restantes partidos queremos salientar a recomendação do Bloco de Esquerda que vem reforçar a nossa recomendação sobre o Glifosato já aprovada em Novembro de 2014.-----

----- Efetivamente apesar desta Assembleia ter aprovado a recomendação, o executivo nada fez para lhe dar cumprimento. Encontra-se esta recomendação de 2014, neste momento em análise na 6ª Comissão, onde esperamos que de forma definitiva este assunto possa ser resolvido. -----

----- Desde esta data de Novembro de 2014, muito tem acontecido e todos os sinais de perigo se reforçaram não existindo grandes dúvidas quanto ao carácter nefasto do Glifosato.-----

----- Em **13 de abril de 2016** o Parlamento Europeu na sua resolução de objeção à renovação da aprovação da substância ativa glifosato, entre outros: **“Exorta a Comissão em particular a não aprovar quaisquer utilizações do glifosato em parques públicos ou nas suas imediações, em recreios e em jardins públicos”**.-----

----- Posto isto, só podemos aprovar esta Recomendação do BE que vem reforçar a posição de todos os que querem a preservação dos recursos naturais e uma cidade saudável para todos os que nela vivem, incluindo as gerações futuras sejam pessoas, animais ou vegetação. -----

----- No mínimo, o princípio da precaução impõe-se e deve ser assegurado não devendo este executivo camarário protelar mais a decisão que se impõe desde há muito. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora muito boa-tarde Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Funcionárias. -----

-----“Os Verdes” apresentam hoje três Recomendações. Uma sobre “Bebedouros públicos em espaços de jogo, recreio e prática desportiva”, propondo que a CML proceda ao levantamento dos espaços de jogo e recreio e de zonas de incidência de prática desportiva informal que não possuam bebedouros públicos, providenciando a sua colocação nos espaços sob a sua responsabilidade. -----

----- Uma segunda sobre o “Parque Vale Grande”, propondo que a CML proceda à reparação do sistema informático de gestão dos automatismos de rega, que sejam promovidas melhorias do sistema de iluminação e de segurança, bem como a manutenção e limpeza dos lagos, a construção de um parque infantil e a reabertura dos

diversos equipamentos do Parque Vale Grande referenciados pelas associações de moradores locais. -----

----- E a terceira referente ao “Hospital pediátrico autónomo em Lisboa”, pois a existência de um serviço de medicina pediátrica, de que fazem parte os hospitais pediátricos e outros serviços e cuidados especializados, tem contribuído para a diminuição da taxa de mortalidade infantil em Portugal, cujo índice atingiu níveis dos mais baixos do mundo. A realidade internacional mostra-nos que a construção de novos hospitais pediátricos tem sido uma opção continuada em diversos países, particularmente nos países mais desenvolvidos, sendo determinante para a melhoria dos indicadores de saúde infantil. Daqui se intui que os critérios que devem nortear as políticas de saúde não podem residir em questões meramente economicistas, sobretudo quando se trata da vida de crianças. -----

----- Recomenda-se, assim, que a CML pugne pela defesa deste tipo de unidade de saúde em Lisboa, diligenciando junto do Governo no sentido de salvaguardar a existência, com autonomia, de um equipamento com valências clínica e funcional na área da pediatria, dotado dos meios humanos e materiais necessários ao seu bom funcionamento, como vem sendo requerido pelas equipas médicas da especialidade. ---

----- Por fim, quanto aos documentos de outros grupos municipais, iremos votá-los favoravelmente, fazendo, no entanto, uma chamada de atenção para a Recomendação nº 1, que requer que Lisboa se declare como “Autarquia com espaços públicos livres de glifosato”. -----

-----Acontece que embora o tema não seja novo, será importante que a capital do País clarifique a sua posição. E não é novo porque já em Novembro de 2014 outro Grupo Municipal aqui fez também aprovar uma recomendação nesse sentido. Mas não só. É que há 5 anos atrás, em 19 de Abril de 2011, esta AML já antes tinha aprovado uma primeira recomendação do Grupo Municipal de “Os Verdes”, para que a CML utilizasse métodos alternativos aos herbicidas na via pública. E no final do mês passado, também numa freguesia de Lisboa, seria aprovada, por unanimidade, outra iniciativa de “Os Verdes” para que essa autarquia se declarasse livre de Glifosato.-----

----- Em 2015, o uso deste pesticida foi considerado como provável cancerígeno para o ser humano, pela Agência Internacional para a Investigação Contra o Cancro da Organização Mundial de Saúde e, tanto o bastonário da Ordem dos Médicos, como o Ministro da Agricultura do Governo português, também já vieram reconhecer a perigosidade deste produto. Recordemos apenas que à iniciativa de âmbito nacional denominada "Autarquias sem Glifosato" já anuíram diversos municípios como Braga, Castelo de Paiva, Porto e Vila Real, ou, em Lisboa, a própria Freguesia da Estrela. Esperemos que Lisboa encete hoje um caminho semelhante. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, boa-tarde a todos e a todas. -----

----- Apresentamos um Voto de Saudação de Solidariedade com os Trabalhadores do Porto de Lisboa, são trabalhadores que estão em greve, são os estivadores de Lisboa. --

----- Eles estão neste momento em luta porque o esquema tradicional de precaridades está a atingir os seus postos de trabalho e se sofreram um grande desgaste e dispensa de várias dezenas de trabalhadores do quadro, a alternativa apresentada pelas empresas que gerem o Porto de Lisboa são a criação de bolsas de trabalhadores precários, que não estão abrangidos pelo Contrato Coletivo de Trabalho, que têm salário mínimo e nenhuns direitos e, portanto, o objetivo é sempre nivelar por baixo os direitos destes trabalhadores e, portanto, merecem a nossa solidariedade, este voto de saudação, lutam contra a precaridade e pela defesa do contrato coletivo de trabalho, saudamos por isso a sua luta! -----

----- Apresentamos também um voto sobre a Central Nuclear de Almaraz, é uma Central Nuclear no Estado Espanhol, está a 100 Km da nossa fronteira, perto de Cáceres. É uma Central que tem dois reatores do início dos anos 80, tinha o seu encerramento previsto para 2010, portanto, está em fim de vida, o Governo do Estado Espanhol prolongou o seu funcionamento até 2020 e é uma Central com um risco elevadíssimo, aliás, a Organização *Green Peace* no seguimento das ações e do estudo que fez sobre Fukushima diz que Almaraz é um caso extremo de perigosidade, aliás também o Conselho de Segurança Nuclear do Estado Espanhol afirmou há poucas semanas que aquela Central corre sérios riscos de segurança e que o seu sistema de refrigeração pode colapsar a qualquer momento e, portanto, num mês ou no mês seguinte ao aniversário, aos 30 anos do acidente de Chernobyl, que teve as consequências gravíssimas e que se prolongarão no tempo por décadas ou séculos, também no ano em que fazem 5 anos do acidente de Fukushima é urgente olhar para Almaraz e perceber que o seu encerramento é não só um problema gravíssimo do ponto de vista ambiental mas também de saúde pública. -----

----- As consequências de um eventual acidente em Almaraz seriam mortais para as populações na sua proximidade e também para Lisboa certamente, considerando que o Rio Tejo é um Rio que serve aquela zona no Estado Espanhol e tem que proximidade com a proximidade de Lisboa e, portanto, no dia 11 de junho várias organizações ambientalistas do Estado Espanhol e de Portugal vão organizar uma mobilização Ibérica para defender o encerramento de Almaraz e por isso apresentamos esta Moção nº. 2/106 também em solidariedade com essa luta. -----

----- Por último voltamos ao tema do glifosato, é um tema que já foi tratado aqui como disse há pouco na intervenção do Deputado Sobreda Antunes, existem dados novos, a Agência Internacional para a Investigação do Cancro da Organização Mundial da Saúde emitiu há pouco tempo um comunicado em que classifica o glifosato como um carcinogéneo de grande intensidade, com capacidade de atingir pessoas e animais do grupo 2<sup>a</sup>. -----

----- A Ordem dos Médicos em Portugal considerou inaceitável a inação do Governo ao não proibir esta substância venenosa e, portanto, existe um risco ambiental e um risco da saúde pública nas autarquias e no espaço onde é usado este produto. -----

----- Ainda este ano numa sessão de perguntas ao Executivo o Senhor Vice-Presidente afirmou que continua a existir a utilização deste produto na cidade de Lisboa, é certo que não tem as dimensões que teria anteriormente, mas que continua a ser usado em

espaços municipais e, portanto, é preciso intervir imediatamente, sabemos que não só o Município, a Câmara Municipal, mas também algumas Freguesias utilizam este produto e portanto é preciso trabalhar de forma articulada para terminar rapidamente a utilização deste veneno e declarar Lisboa um Município livre de glifosato!-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhora Deputada é a última pessoas inscrita, penso que ainda estavam a artilhar uma redação, mas veremos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Caros Colegas Deputados. -----

----- Em relação às matérias que temos em apreço no PAOD de hoje, o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente o conjunto das Moções e Recomendações com algumas questões que gostaríamos de colocar aqui, em primeiro lugar em relação à Moção que o PAN aqui apresentou relativamente a uma zona de controlo de emissões, não temos de facto qualquer questão a opor à matéria deliberativa, pensamos apenas que é importante dizer que há aqui uma premissa errada, que é o facto de um país não declarar a sua zona marítima a uma zona de controlo de emissões não deve ser a forma de se proteger das emissões e de facto é essa a premissa que Portugal e Espanha não se declararam ainda e, portanto, são os recetores de toda a poluição da Europa, não é de facto verdade, o que devemos pugnar é por um controlo das emissões mais alargado e não restrito ao nosso país, mas de resto obviamente acompanhamos esta preocupação. -----

----- Em relação à Central Nuclear de Almaraz e à Moção nº. 2 também a votaremos favoravelmente, este é um problema que não tem a ver com concordar um ou com a utilização da energia nuclear, tem a ver com as condições manifestamente inseguras deste equipamento em particular e que nos devem preocupar de sobremaneira, não apenas porque estamos perto mas porque de facto precisamos de um mundo em que acidente, como os de Fukushima não voltem a acontecer. -----

----- Em relação ao conjunto de Recomendações que temos em mãos, também dizer que a Recomendação em relação ao glifosato penso que já foi alvo e há um despacho da Câmara relativamente a esta matéria que promove a constituição de um grupo de trabalho que procure não só fazer um levantamento da situação nos diferentes territórios da cidade, tanto no que diz respeito àquilo que é responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa como às Freguesias e também ao estudo que permita a adoção de outras práticas de substituição de herbicidas em geral, a questão não é com o glifosato apenas, como sabem o glifosato é apenas um dos herbicidas usado, tem um problema acrescido nas quantidades em que é utilizado nas explorações agrícolas em que há a utilização de transgénicos e é por isso que este nome aparece muito mais vezes. Em contexto de cidades ele é usado em quantidades muito baixas e de facto

não oferece, e os estudos indicam que em meio urbano nas quantidades em que é utilizado não oferece perigosidade para a saúde humana. -----

----- Depois em relação ao Parque Oeste obviamente que devemos acompanhar as preocupações relativamente a qualquer equipamento que não se encontre em condições, contudo de facto as águas que ali estão são uma bacia de retenção e são claramente, não são águas balneares nem estão sinalizadas como tal, mas obviamente que devemos instar os serviços da Câmara para que verifiquem a sinalização e se ela está a ser suficiente para dissuadir qualquer comportamento perigoso que possa levar a algum tipo de dano e à situação lamentável que ali ocorreu. -----

----- Para além disso também é importante verificar a questão dos sistemas de rega mas da informação que podemos recolher junto da Câmara a informação que temos é que os pontos onde não está a ocorrer rega é porque o coberto vegetal atingiu um ponto em que não necessita de rega e ainda bem, do ponto de vista de sustentabilidade e consumo de água isso deve-nos alegrar e não preocupar, e em relação da questão da rega dos sistema automático a informação que temos é que está a funcionar, se não está aquilo que podemos aqui pedir ao Executivo é que verifique uma vez que há esta preocupação e esta queixa dos fregueses. -----

----- Relativamente à Recomendação do PEV em relação a bebedouros públicos obviamente que temos que acompanhar, nos novos equipamentos isto deve ser uma condição de base de qualquer novo equipamento desportivo ou de lazer, naqueles em que ele não existe ou está em más condições obviamente que isto deve ser revisto. -----

----- Depois temos aqui duas questões, enfim, que nos devem oferecer alguma preocupação, mas talvez um pouco mais de reflexão, a questão do Hospital Pediátrico, que é verdade como bem disse aqui o PEV que há outras capitais de distrito que têm outros Hospitais Pediátricos, mas penso que mais importante que pugnar pela salvaguarda de uma Hospital Pediátrico em particular em Lisboa o que devíamos era procurar que a cidade fosse ouvida num diálogo com o Ministério da Saúde com o Governo sobre a rede integrada da rede dos cuidados de saúde na cidade que incluem um serviço pediátrico ou um Hospital Pediátrico, mas também todos os outros e, portanto, nessa medida aquilo que devemos procurar, aquilo que procuraremos certamente como o Partido Ecologista Os Verdes é procurar que esse diálogo seja feito, procurar que a cidade seja ouvida e procurar que os interesses da cidade sejam tidos em conta na definição da Rede de Cuidados de Saúde da Cidade e da Área Metropolitana. -----

----- Ainda relativamente aos Votos de Saudação queremos dizer que relativamente ao Voto de Saudação nº. 3 do Bloco de Esquerda, de saudação da luta dos trabalhadores do Porto de Lisboa devemos obviamente sempre preocuparmo-nos com qualquer questão que tenha a ver com os direitos dos trabalhadores e essa é uma preocupação que tem que estar sempre na base da nossa atuação aqui na Assembleia Municipal, agora esta é uma questão muito delicada uma vez que não devemos obviamente constranger os trabalhadores no seu direito de luta, que não se façam ouvir perante reivindicações que consideram justas, no entanto estamos a lidar com um setor absolutamente primário da economia da cidade e do país, absolutamente fundamental



para outros setores de atividade e importante também para a vida e para o trabalho de outros trabalhadores e, portanto, o que devemos saudar é mais a vontade de consciência e a vontade de compromisso que deve surgir deste tipo de negociações, mais do que exclusivamente a luta dos trabalhadores, razão pela qual nos vamos abster nesta votação. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. É só para clarificar uma parte da intervenção da Senhora Deputada Sofia Cordeiro porque a informação que lhe foi prestada pela Câmara não é totalmente verdade por uma razão muito simples, hoje é dia 10 e exatamente na quarta-feira passada, dia 4, Os Verdes visitaram, fizeram uma visita à Freguesia para verificar o Parque Vale Grande e designadamente o seu sistema interno informático de sistema automático de rega está avariado pelo menos desde janeiro de 2015, portanto, a informação prestada pela Câmara não é verdade e temos fotografias de todos estes pormenores, todos os factos na questão da nossa Recomendação constam no que foi apresentado na visita efetuada quarta-feira dia 4 de maio. Obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, postos estes esclarecimentos a Mesa não regista mais pedidos de palavra. -----

----- Vamos passar à votação, em primeiro lugar vamos votar o Voto de Saudação n.º 3/106 do Bloco de Esquerda. -----

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO N.º. 3/106 – AOS TRABALHADORES DO PORTO DE LISBOA, APRESNTADO PELO BLOCO DE ESQUERDA.** -----

----- (O Voto de Saudação n.º. 3/106 fica anexado a esta Ata como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra. Abstenções do PS, PNP, MPT e CDS/PP. Votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV, PAN e IND. **O Voto de Saudação n.º. 3/106 foi aprovado por maioria.** -----

----- Agora que ele já está votado, portanto, sem ter qualquer influência no sentido de voto lembro os Senhores Deputados que sobre esta precisa matéria esteve aqui um representante do Sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa precisamente a dizer aos Senhores Deputados que estavam muito preocupados porque eventualmente teriam que avançar para esta solução, sabiam que isto prejudicava os interesses da cidade mas vinham alertar a Assembleia Municipal para o risco de terem que entrar nesta fase da sua luta e, portanto, acho que também temos que ter em consideração que fomos alertados para isto, com bastante antecedência e de certa maneira estamos agora a corresponder. -----

----- Vamos passar agora à votação das Moções, temos a Moção 1/106 do PAN. -----

----- **MOÇÃO Nº. 1/106 (PAN) – PELA PROTEÇÃO DO LITORAL PORTUGUÊS, DO AMBIENTE E DAS PESSOAS, DECLARAÇÃO DE ZONA ECA EM LISBOA;**-----

----- (A Moção nº. 1/106 fica anexado a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra. Abstenção do CDS/PP. Votos a favor do PS, PSD, PCP, PNP, BE, PEV, MPT, PAN e IND. A **Moção 1/106 está aprovada por maioria.** ----

----- **MOÇÃO Nº. 2/106 (BE) – PELO ENCERRAMENTO DA CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ;**-----

----- (A Moção nº. 2/106 fica anexado a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- Não há votos contra e nem abstenções. A **Moção nº. 2/106 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Registo com alegria esta unanimidade porque ela é muito importante para podermos dar também o nosso contributo na luta que está a ser desenvolvida. -----

----- Passamos agora às Recomendações. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 1/106 (BE) – POR UM ESPAÇO PÚBLICO LIVRE DO CARCINOGENO “GLIFOSATO”;**-----

----- (A Recomendação nº. 1/106 fica anexado a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

----- Não tem votos contra. Abstenção do CDS/PP. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNP e IND. A **Recomendação nº. 1/106 foi aprovada por maioria.**-----

----- Eu queria chamar a tenção do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente, que não me estão a ouvir, que esta Recomendação que acaba de ser aprovada relativamente ao Glifosato significa já uma segunda existência da Câmara Municipal, pelo menos neste mandato, uma segunda insistência sobre esta matéria e que pedimos o maior empenho da Câmara para dar realmente andamento a esta Recomendação. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 2/106 (PEV) – HOSPITAL PEDIÁTRICO AUTÓNOMO EM LISBOA;**-----

----- (A Recomendação nº. 2/106 fica anexado a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

----- Não tem votos contra. Abstenções do PSD, do PS e do PNP. Votos favoráveis do PSD, CDS/PP, PCP, BE, PEV, PAN e IND. A **Recomendação nº. 2/106 foi aprovada por maioria.**-----

----- O PSD apresentará uma Declaração de Voto.”-----

----- **O Grupo Municipal do PSD apresentou por escrito a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- *Na 106ª sessão da Assembleia Municipal de Lisboa realizada no passado dia 10 de maio de 2016, foi debatida e votada a Recomendação 02/106 do Partido Ecológico “Os Verdes” com o título “Hospital Pediátrico autónomo em Lisboa”.*-----

----- Tendo em conta que na sua parte deliberativa a Recomendação propunha recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a defesa da existência de um “hospital pediátrico autónomo em Lisboa, dotado dos meios humanos e materiais necessários ao seu bom funcionamento” e diligenciar junto do Governo a salvaguarda da “existência de um hospital pediátrico autónomo em Lisboa nas suas valências clínica e funcional”, o Grupo Municipal do PSD entendeu abster-se. -----

----- É no entanto da maior importância esclarecer a posição do Grupo Municipal do PSD quanto a um tema que é de vital importância para a cidade de Lisboa. -----

----- Assim sendo: -----

----- O Grupo Municipal do PSD entende que não é essencial para a prestação de cuidados pediátricos de excelência à população de Lisboa – e das restantes regiões do país – a existência de uma unidade hospitalar autónoma em Lisboa; -----

----- O Grupo Municipal do PSD entende que a estratégia anteriormente definida pelas entidades competentes, da existência de todas as valências – incluindo a pediatria – no futuro Hospital de Todos-os-Santos é a mais acertada; -----

----- O Grupo Municipal do PSD está em concordância com as preocupações da generalidade dos pediatras que defendem a separação física de crianças e adultos nas unidades hospitalares. É por isso que entende que no futuro Hospital de Todos-os-Santos a pediatria deverá ter um espaço físico diferenciado, permitindo a prestação de cuidados médicos de excelência a todas as crianças, garantindo-lhes ao mesmo tempo a devida separação dos restantes pacientes. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “ Vamos passar à **RECOMENDAÇÃO N.º 3/106 (PEV) - PARQUE VALE GRANDE**; -----

----- Não tem votos contra. Abstenções do PSD. Votos a favor do PS, CDS/PP, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPN e IND. **A Recomendação n.º 3/106 foi aprovada por maioria.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 4/106 (PEV) – BEBEDOUROS PÚBLICOS EM ESPAÇOS DE JOGO, RECREIO E PRÁTICA DESPORTIVA**; -----

----- (A Recomendação n.º 3/106 fica anexado a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação n.º 4/106 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Terminámos o PAOD. Vamos entrar no: -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “ Hoje temos à nossa consideração o Relatório e Contas da Câmara Municipal relativamente ao ano de 2015 e depois a primeira Revisão Orçamental de 2016, que naturalmente só pode ser apreciada caso as contas sejam aprovadas, uma vez que esta Revisão Orçamental inclui o destino a dar ao saldo apurado nas contas, portanto, vamos pôr isto à vossa consideração. -----

----- Corrijo naturalmente o que disse porque a Lei não exige a aprovação das Contas pela Assembleia Municipal, exige sim a sua aprovação pela Câmara Municipal a sua apreciação pela Assembleia Municipal, e temos sempre considerado que esta apreciação envolve uma votação e é isso que iremos fazer. Vamos então pôr à consideração a proposta nº. 192/2016.è o Senhor Presidente que ai fazer a apreciação primeiro, é o Senhor Presidente ou o Senhor Vereador João Paulo Saraiva? -----

----- **1 - PROPOSTA 192/CM/2016 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº. 2DO ARTIGO 25º. DO REGIM4 JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DO ARTIGO 76º. DA LEI Nº. 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL, E DO PONTO 2.7.3 DO ANEXO AO DECRETO-LEI Nº. 54-A/99, DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL – GRELHA F, LIMITA MÁXIMO DE 5 HORAS;** -----

----- (A Proposta nº. 192/CM/2016 fica anexada a esta Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão Permanente fica anexada a esta Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante) -----

-----O Senhor Vereador João Paulo Saraiva tem a palavra para fazer a apresentação da proposta. Este é um debate que tem uma grelha regimental bastante alargada, veremos que necessidades é que os Senhores Deputados terão para a discussão, de qualquer modo nós seguimos o Regimento e temos uma grelha bastante alargada para este debate.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. Senhora Presidente, Senhores Deputados, Caros Colegas da Câmara Municipal. -----

----- Em primeiro lugar e como é hábito nas minhas intervenções eu gostava de saudar todos os Trabalhadores do Município, muito especialmente todos aqueles que de forma direta se envolveram quer na execução do Orçamento de 2015 quer na construção do Relatório e Contas que aqui vos apresentamos. -----

----- Em especial eu gostava de sublinhar o empenho e o trabalho dedicado e o trabalho qualificado que a Direção Municipal de Finanças nos tem vindo a habituar e que mais uma vez atinge aqui um dos seus pontos mais altos, pontos altos que são reconhecidos na qualidade e no rigor do documento pelo Revisor Oficial de Contas, por um lado, em que conseguimos evoluir de quatro reservas sobre as Contas de 2014 para duas reservas em 2015 e, portanto, isso em si mesmo é um sinal, mas também de facto porque o trabalho foi um trabalho participado e um trabalho empenhado por parte de todos, envolvendo todos de forma a que nos seja possível dar a confiança de que estamos aqui a apresentar-lhes um documento credível, rigoroso e com qualidade.

----- Por outro lado eu já o referi e vou aqui sublinhá-lo para começar a intervenção, que estas são as melhores contas dos últimos 14 anos do Município, quer pelo rigor que apresentam, 14 anos que correspondem exatamente à vigência do POCAL, quer

pelo rigor que nos apresentam quer pelo facto de serem as mais sustentáveis destes anos e, portanto, houve um conjunto de compromissos nestas mesmas contas e na formas como elas foram construídas que foram honrados e até superados nalguns casos e isso também é digno de nota, mais à frente teremos a oportunidade de os apreciar. -----

----- Mas vamos lá então a essa apresentação, por um lado temos o balanço, tem um total do ativo em 2015 de 3 mil e 200 milhões de euros, o que faz variar positivamente 174 milhões de euros e, portanto, de uma variação de 5%.-----

----- Os fundos próprios também crescem cerca de 10% e o total do passivo decresce cerca de 1,2% passando a ter o valor de mil 181 milhões de euros.-----

----- Quando estamos a analisar contas do Município com esta magnitude e com esta dimensão precisamos de olhar para as tendências e as tendências que vos aqui apresento são sempre tendências muito positivas, quer de crescimento dos ativos quer de diminuição do passivo, isso fica também claro com os indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira que melhoram continuamente ao longo dos últimos anos atingindo os números confortáveis respetivamente de 170% e de 63%.-----

----- Este gráfico de tendência também é algo que de facto acrescentamos ali mais um ano mas ele tem-nos vindo a habituar a este decréscimo, um decréscimo que nos tranquiliza porque faz com que o Município tenha reduzido o passivo de 1952 milhões de euros para cerca de mil milhões, o que num período com esta magnitude é assinalável e reconhecida por todos.-----

----- Este gráfico dá-nos também uma noção mais exata daquilo que é a dívida legal, que é a dívida que serve para calcular aquilo que é a nossa capacidade de endividamento e, portanto, digamos que tem critérios uniformes em todo o país e que nos assinala que de 2007 para 2015 nós conseguimos reduzir a dívida de 1130 milhões de euros para 612.4 milhões de euros, ou seja, 517 milhões de euros o que me parece também evidente que é algo assinalável e é tão mais assinalável quando pelo meio deste período aconteceram um conjunto de situações que tiveram enormes impactos na dívida.-----

----- A margem de endividamento temos vindo a conseguir melhorá-la e, portanto, neste momento, para ser mais rápido, a margem de endividamento cifra-se em 29 para 2016, cifra-se em 29 milhões de euros.-----

----- Este gráfico era um compromisso, este gráfico traduz um compromisso, um compromisso que tem sido estabelecido aqui ao longo dos anos, que tem um enorme impacto na nossa credibilidade, tem um enorme impacto nas nossas empresas e nas empresas que se relacionam com o Município e dá uma imagem fortemente positiva do Município.-----

----- Eu recordo que tínhamos 459 milhões de euros de dívidas a fornecedores e 324 dias para pagar essas mesmas dívidas em média em 2006 e hoje temos 3,6 milhões de euros, que é basicamente de faturas em conferência e faturas já entregues no ano seguinte, basicamente isto é uma dívida técnica e três dias de prazo médio de pagamento.-----

----- Estes três dias orgulham-nos a nível nacional, mas não vou estar aqui a escapelizar porque já todos conhecem este argumentário, orgulham-nos a nível nacional em comparação com os municípios deste país e orgulham-nos a nível internacional em comparação com muitos municípios dos mais variados países, nomeadamente daqueles que até há algum tempo, eventualmente agora nos apelidavam de maus pagadores e hoje pagamos melhor que eles aos nossos fornecedores e isso deve ser um motivo de orgulho para a cidade de Lisboa. -----

----- Ora relativamente à estrutura de resultados, os custos operacionais diminuíram 31%, os custos financeiros aumentaram 2,9%, os custos extraordinários 4,9, os custos totais cifraram-se em 518 milhões de euros, ou seja, menos 23 milhões que no ano de 2014. -----

----- Os proveitos operacionais aumentaram 98 milhões de euros, os proveitos financeiros 0,5 milhões e os proveitos extraordinários 57 milhões, sendo que os proveitos totais aumentaram 154 milhões de euros, o resultado líquido são 178 milhões de euros.-----

----- A divisão pelas diferentes estruturas de custos importa-nos mais aqui a tendência, já estamos num nível de discussão em que tivemos a oportunidade de os discutir em pormenor, mas teremos toda a disponibilidade durante toda esta discussão para pormenorizar o que entenderem, mas o que se traduz claramente é que de uma forma geral a estrutura de custos do Município tem-se mantido estável e, isso também é assinalável, estável e controlada. -----

----- Ela tem este detalhe que resulta no total dos custos operacionais com uma dimensão de 31 milhões de euros e ela resulta em grande medida de uma diminuição das provisões do exercício e eu recorro a todos os Senhores Deputados que esta rubrica é uma rubrica que traduz e muito aquilo que é a litigância intentada contra o Município durante um exercício orçamental, neste caso durante o ano económico de 2015 ela foi substancialmente inferior e este facto não é alheio a todo o percurso que temos feito ao longo dos últimos anos e à forma como temos conduzido as finanças do Município, evidentemente que finanças são a pagar a tempo e horas com os prazos que nós temos, com a confiança que é demonstrada pelos mercados financeiros e também pelos nossos fornecedores, resulta evidentemente numa muito menor litigância do ano e daí a expressividade do número que ali aparece.-----

----- Aqui graficamente a tendência da estrutura de proveitos com alguns aumentos significativos que já eu vou meter só sobre um ou outro, mas a tendência de crescimento dos proveitos e de uma forma muito clara da receita estrutural. Este Município continua ainda a ter algumas debilidades a esse nível, mas eu diria que pela expressão dos números, pela forma como eles aparecem e como eles vos têm sido transmitidos fica claro para todos que a receita estrutural, que este Município está a conseguir níveis de receita estrutural muito mais sustentáveis e que são acompanhados à data por um conjunto de receita pontual e extraordinária que nos permitem ter os resultados que hoje aqui apresentamos. -----

----- Evidentemente, também é evidente para todos que os resultados que hoje aqui apresentamos traduzem essa tranquilidade ou esse crescendo de tranquilidade

relativamente à receita estrutural, mas traduzem essencialmente um conjunto de receita pontual e extraordinária ligada essencialmente ao IMT, mas também a uma política de alienação de ativos não estratégicos que nos permitiu hoje ter os resultados que aqui são apresentados.-----

----- Isto é traduzido neste gráfico que não me vou deter demasiado sobre ele, até porque haverá certamente perguntas e questões mais importantes para dizer, mas vou-me deter sobre mais duas questões que me parecem importantes, uma ainda antes destas duas questões, a questão de termos respeitado todos os rácios que a Lei nos obriga, não me vou também deter mais sobre isto, parece-me evidente, está comprovado legalmente e, portanto, não me parece demasiado importante voltar agora a detalhá-lo.-----

----- Queria também tranquilizar-vos também relativamente à Empresas Municipais, elas ao contrário do que acontecia em 2006/2007, elas foram ganhando sustentabilidade e estão hoje empresas saudáveis e que nos permitem ser de facto um instrumento precioso naquilo que é o desenvolvimento de toda a atividade do Município e daquilo que é a estratégia do Município de Lisboa.-----

----- Não seria justo eu fazer a apresentação destas contas sem dizer também de forma muito clara e mostrá-lo e demonstrá-lo aqui que estes resultados foram conseguidos com a política tributária mais competitiva da Área Metropolitana de Lisboa, nós temos como sabem decisão aliás algumas destas decisões partilhadas por grande parte das forças políticas desta Assembleia Municipal, desde logo o IRS, temos a política mais favorável ao município da Área Metropolitana de Lisboa, devolvemos 2,5, o que significou no último ano cerca de uma devolução de 31 milhões de euros aos residentes na cidade.-----

----- Relativamente ao IMI a segunda política mis favorável se considerarmos a TMPC ali, a Taxa Municipal de Proteção Civil ali em cima dos 0.30 do IMI, que é o IMI mais baixo que o Município pode ter e que só é acompanhado por Vila Franca de Xira, isto significou uma devolução aos municípios de 72 milhões de euros relativamente a este imposto que o Município poderia ter arrecadado e prescindiu deles nesta perspetiva de que precisamos de fazer uma política competitiva relativamente áquilo que é a área que nos envolve nomeadamente, não só essa área mas de uma forma muito decisiva, nomeadamente naquilo que significa atração de pessoas e de empresas relativamente à área envolvente.-----

----- Relativamente à Taxa de Saneamento e de resíduos urbanos nós temos a quinta melhor performance da Área Metropolitana de Lisboa e de facto o impacto sobre as famílias anda muito próximo. Havia um Município que estava de facto longo, que era o de Vila Franca de Xira, como nós temos dito e sublinhado aqui o Município não pode fixar a tarifa que muito bem entende nem sobre resíduos urbanos nem sobre saneamento e nomeadamente se compararem os meus gráficos do ano passado com os deste ano verão que Vila Franca de Xira tinha uma performance muito melhor, que foi corrigida pela ERSAR que é a entidade que verifica se as tarifas suportam os custos associados à função e se não acontecer ou para cima ou para baixo mandam corrigir, o que aconteceu com Vila Franca de Xira foi que Vila Franca de Xira viu-se obrigada a

corrigir para cima essa mesma tarifa e, portanto, digamos que estamos todos muito alinhados ali nos últimos cinco Municípios que têm as melhores performances relativamente às tarifas de saneamento e de resíduos urbanos. -----

----- Estes gráficos permitem só sublinhar esta questão que me parece da máxima importância, fui buscar alguns exemplos que tinham a ver com os dados disponíveis mas parece-me importante perceber que a evolução desde 2010 até 2014, porque importa aqui sublinhar que o Município de Lisboa optou de forma consciente e deliberada por não fazer impactos acrescidos com a tarifa de resíduos urbanos nos anos de 2010 a 2014 tendo adiado ao limite da sua possibilidade o incremento da tarifa de resíduos urbanos e, portanto, o Município de Lisboa esteve aqui zero euros até 2014 enquanto Municípios como por exemplo, mas poderíamos ter ido buscar muitos outros, por exemplo o Município de Loures ou de Oeiras, o Município de Loures começou logo em 2010 a taxar os resíduos urbanos e o Município de Oeiras tinha uma taxa, ainda que residual, mas existia e incrementou-a em 2012 e o que nós queríamos mostrar aqui é que claramente esta política que hoje numa abordagem mais ou menos eu diria simplista, para ser simpático, compara 2014 com 2015 dizendo “Bem, mas a tarifa de resíduos urbanos em Lisboa subiu 100%!”, pois subiu, é verdade, de 2014 para 2015 a tarifa de resíduos urbanos subiu em Lisboa 100%, mas esteve cinco anos sem ser cobrada em Lisboa, enquanto quase todos os outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa já estavam a cobrar e nós fizemos um exercício para isto se perceber melhor, o que é que isto significa na prática e o que é que significou? Significou que se tivéssemos seguido o modelo de Loures, ou seja, começarmos a cobrar de imediato, alinhado com os custos, que foi o que todos os outros fizeram, foi o que Loures fez nesta altura, alinhado com os custos a tarifa que hoje cobramos, significa que o Município prescindiu num momento difícil das famílias do Concelho de Lisboa, prescindiu durante 5 anos de algo que totalizaria cerca de 107 milhões de euros. -----

----- Isto não pode ser escamoteado na abordagem que estamos a fazer sobre tarifas na Área Metropolitana de Lisboa! Em Oeiras não foi de facto 5 anos a sério? Foram três anos! Descontámos aquela pequena parte que está ali, mas se tivéssemos seguido a política de Oeiras tínhamos começado com o impacto em 2012 dessa nova tarifa e também não o fizemos, isso significaria 64 milhões de euros só para termos dois casos de exemplo e, portanto, parece-nos importante que quando se olha para a tarifa de resíduos urbanos do Município de Lisboa e se diz que de facto o Município de Lisboa fez esse acréscimo de 14 para 15, portanto, fechando a janela só sobre essa análise não é justo nem para o Município, eu diria mesmo que politicamente não é sério fazê-lo desta maneira porque de facto o Município de Lisboa no período mais difícil e sublinho, da vida do impacto da vida das pessoas pelo impacto daquilo que foram os anos da Troika prescindiu desta receita e esta receita pôde ajudar os municípios do Concelho de Lisboa a diminuir esses impactos desse mesmo tempo da Troika. -----

----- Para terminar esta parte gostava só de vos comparar aquilo que é a evolução da tarifa por contador, comparadas entre Lisboa e Cascais, pois reparar nisto relativamente ao saneamento, o saneamento nós tínhamos uma política de saneamento



desde 2012, que foi o ano que começámos a comparação, tinha os valores que estão ali, em 2015 nós tivemos que fazer um acréscimo à tarifa de saneamento em face da regulamentação da ERSAR, nós e Cascais, por exemplo, mas ainda assim nós conseguimos ter performances das nossas áreas de saneamento e nós temos nesta performance englobado todo um enorme investimento na área do plano geral de drenagem que está aqui refletido, mas portanto, a nossa capacidade e a nossa eficiência dos nossos serviços de saneamento estão aqui bem traduzidos porque um contador em Lisboa teve no ano de 2015 que pagar 105 euros anuais com a taxa de saneamento e em Cascais pelo mesmo serviço teve que pagar 152 euros, portanto, é mais uma demonstração clara, é mais uma demonstração cabal de que a nossa política tributária na Área Metropolitana de Lisboa é evidentemente uma política muitíssimo competitiva.-----

----- Também algumas das questões que têm sido levantadas deixam-nos de alguma forma, dizem-nos “Bem, mas vocês tiveram um saldo que podiam eventualmente e deviam ter aplicado de uma determinada maneira. Eu quero-vos recordar que o ciclo de investimento da típica empreitada tem uma curva idêntica a esta.-----

----- Em 2014 o Município de Lisboa esteve até 2014 ainda numa fase em que precisava de conter, precisava de dar saúde às suas contas públicas, às suas contas municipais e foi isso que fez, mas começou de imediato a fazer alguma preparação de investimento que foi crescendo em 2015 já com alguns níveis de investimento e está a atingir essa mesma maturidade em 2016 e era essa abordagem que eu vos queria aqui mostrar por aquilo que é a curva teórica, mas também para vos dizer que o nosso investimento em todas estas áreas, que eu não vou agora repetir para não vos maçar e certamente o Senhor Presidente na sua intervenção final o fará muito melhor do que eu, mas todas estas áreas de investimento para mais pessoas na cidade, de investimento para mais empresas, de investimento para mais segurança, de investimento para mais qualidade de vida, só para citar alguns, estão numa fase de maturidade e isso é claramente evidenciado por aquilo que é a execução orçamental das rubricas de investimento no primeiro quadrimestre de 2016 que está aqui bem espelhada quer nos cabimentos quer naquilo que está em preparação quer nos compromissos já agora realizados em período homólogo de 2015, portanto, o que nós conseguimos nestes 4 primeiros meses é um crescimento de 78% nos compromissos e de 64% nos cabimentos, o que demonstra claramente quer relativamente aos números do ano passado, que nos 12 meses nós não tínhamos ainda conseguido, ou melhor, já atingimos a performance ao fim de 4 meses que é superior aos 12 meses do ano passado, porque temos essa capacidade financeira, porque os trabalhadores do Município fizeram um esforço acrescido e nós estamos a saber mobilizá-lo, a saber trabalhar de forma mais eficiente e mais eficaz para nos conseguirmos suplantar a nós próprios e eventualmente eu diria até com alguma segurança, conseguirmos que este ano do ponto de vista da execução orçamental e da capacidade que o Município tem e demonstra de intervir na cidade, ser humano sem paralelo também desses mesmos 14 anos.-----

----- Agora ficava-me por aqui, só para vos dizer que para terminar que é um orgulho ser evidentemente o Vereador das Finanças numa época e num tempo em que o Município tem capacidade financeira para poder corresponder de forma muito importante àquilo que são os desejos, os anseios e as necessidades dos munícipes de Lisboa, é evidentemente também uma grande responsabilidade quer para mim enquanto Vereador das Finanças quer para todos nós, para o Executivo de uma forma geral e para todos nós Deputados Municipais, não estarmos interessados em parar, obstaculizar, encontrar formas de que este investimento não chegue até ao fim porque ele vai chegar até ao fim, vai-se desenvolver nos próximos anos e certamente teremos aqui um círculo de investimento que vai durar para além deste mandato, nós estamos a preparar o futuro do Município e temos a ambição de que este Município vai ter um período de investimento de grande ambição até pelo menos 2020, que é para esse o horizonte em que já estamos a planear e a preparar. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Vamos perguntar agora à 1ª. Comissão que aprovou o seu Parecer ontem e vamos perguntar à 1ª. Comissão se quer fazer a apresentação do Parecer. O Senhor Deputado Hugo Lobo. -----

----- **O Senhor Deputado Hugo Lobo (PS), na qualidade de Relator da 1ª. Comissão Permanente** fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Creio que se tratam efetivamente de documentos muito importantes e que por isso se justificam umas palavras muito breves no que diz respeito à emissão do parecer, trata-se de facto de um parecer muito objetivo, de um parecer que dispensou quaisquer tipo de apreciações políticas no que diz respeito aos elementos que estão aqui em causa, que procurou evidenciar o conjunto de indicadores mais significativos que resultam da análise dos diferentes documentos, do balanço, da demonstração de resultados, da situação patrimonial, dos mapas de controlo orçamental, da situação das empresas municipais e, portanto, neste sentido é um parecer que de alguma forma viabilizando a análise dos documentos aqui no Plenário se dispensa de considerações de carácter, enfim, mais subjetivo que deverão ser feitas ao longo da discussão da tarde de hoje. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Agora sim vamos dar a palavra aos vários Senhores Deputados inscritos. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da AML, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Deputados Municipais. -----

----- Estamos hoje a discutir e apreciar nesta Assembleia, de acordo com a legislação em vigor e após aprovação em sede de Câmara Municipal, as Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão 2015. -----

----- Neste contexto começo por frisar que a análise que fazemos aos Relatórios da Câmara e empresas municipais não pode ser dissociada de uma apreciação mais geral que fazemos às atividades do Município, que fomos apresentando nas mais diversas intervenções que tivemos (e que continuaremos a fazer!) nesta Assembleia, bem como da perceção mais geral, a que afeta o dia-a-dia dos munícipes, da política que foi desenvolvida ao longo do ano. -----

----- Embora consideremos que os Relatórios têm vindo a melhorar sob o ponto de vista da apresentação, e sobretudo no que reporta às questões financeiras (como por nós referido, por exemplo, quando da discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016), continuam a ser deficitários quanto à apresentação da política da atividade seguida na Câmara. A análise das contas é disponibilizada no documento Demonstrações Financeiras e seria expectável que o Relatório espelhasse a atividade desenvolvida em 2015; tal não acontece, pois o Relatório trata no essencial das questões financeiras (incluindo nestas as patrimoniais), ao contrário do que sucede nos Relatórios das empresas municipais. -----

----- Aliás devo dizer que independentemente das posições que se possam ter em relação ao funcionamento e às atividades das empresas municipais, que a este propósito por exemplo e só a título meramente de exemplo, por exemplo no que diz respeito à SRU- Lisboa Ocidental é referido no Relatório que a empresa aponta para um novo aumento de atividade referindo que o Município entregou à empresa 17 intervenções de reabilitação urbana, etc., em relação à EGEAC por exemplo faz referência que foram cumpridas na íntegra as atividades previstas no Plano tendo realizado algumas iniciativas não previstas, isto no que diz respeito às empresas municipais. -----

----- Quanto aos aspetos financeiros, importa salientar que estes, do nosso ponto de vista, estes são o meio para se atingir uma determinada política e não um fim em si mesmo. É evidente que contas desequilibradas serão sempre um fator negativo, mas contas que demonstrem boa saúde financeira não significam que tenha sido seguida uma política correta: a análise fundamental a ser feita tem a ver com a atividade desenvolvida, em que medida serviu a cidade e os munícipes, ou se foi desenvolvida em benefício da especulação e grandes interesses, imobiliários e especulativos. -----

----- Na nota de abertura do Relatório, que poderíamos supor seria onde estaria vertida a estratégia política seguida pelo município e uma síntese da atividade desenvolvida, vem apenas uma série de indicadores, onde se relevam a redução do passivo, a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores e o aumento da margem de endividamento disponível. Quanto ao que deve ser considerado política municipal, apenas consta, e passo a citar: *“O Município encetou um novo ciclo de investimentos concretizado, a título de exemplo, no Plano de Pavimentação, no Plano Geral de Drenagem, no projeto uma Praça em cada Bairro que estando em fase de lançamento*

/ início de execução promoverão necessidades adicionais em 2016 e anos seguintes”, fim de citação, não terminei todo o parágrafo que diz respeito a este aspeto. -----

----- Até à página 99 temos no essencial mais uma vez tratados os aspetos financeiros e questões do funcionamento interno (como por exemplo os recursos humanos). Depois, até à página 112, vem a atividade das empresas municipais. Depois chegamos finalmente ao “Reporting de atividades” e mesmo aqui, apesar de lá estarem vertidos alguns aspetos, dá-se mais relevância aos números do que ao desenvolvimento da atividade em si. A listagem de atividades desenvolvidas que se segue é, em contrapartida, apresentada sem quaisquer números, o que não facilita a compreensão. Apenas no Anexo da página 181 se verifica alguma quantificação do que foi a atividade. Do exposto, podemos tirar a ilação de que o Relatório foi feito na vereação das Finanças, com pouco contributo de outros vereadores, não incorporando uma visão global das prioridades políticas seguidas, é o que aparenta do nosso ponto de vista. -----

----- Quanto aos números, refira-se um novo crescimento da Receita, que se deveu no essencial à subida do IMT (mais € 94 milhões que o previsto) e da venda de bens de investimento (mais € 50 milhões que o previsto). Situações que são consideradas conjunturais e que aliás penso que ainda há pouco o Senhor Vereador na apresentação que fez também referiu. -----

----- A Receita total tem vindo a subir significativamente, sendo de € 572 milhões em 2013, € 651 em 2014 e € 722 em 2015. -----

----- A receita fiscal subiu € 63,9 milhões face a 2014 (só o IMT subiu € 51,2 milhões), salientando-se que em 2014 já havia subido € 70,7 milhões face a 2013. -----

----- Por outro lado, as receitas provenientes das taxas e serviços cobrados aos munícipes também subiram consideravelmente, de € 110,0 milhões em 2014 para € 138,7 milhões, salientando-se neste aspeto, como é evidente e já por várias vezes referido, a seguinte evolução que tiveram algumas taxas como por exemplo a da Proteção Civil que não existia e que passou a existir ou a dos resíduos urbanos que foi agora também explicado e apesar das comparações que o Senhor Vereador fez com os outros Municípios, nomeadamente e nesta caso concreto com Loures e Oeiras eu tenho a dizer que realmente são, enfim, no caso de Oeiras é outra maioria, no caso de Loures no período em apreço foi a mesma que governa a Câmara, de qualquer forma, a Câmara de Lisboa, de qualquer forma eu gostaria de dizer que realmente aqui importa também salientar quais são os serviços que são prestados através destas mesmas taxas. -----

----- Relembro as várias intervenções que o PCP fez, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal contra algumas taxas aprovadas pela atual maioria que efetivamente sobrecarregaram os munícipes. -----

----- Quanto à despesa, a mesma teve uma subida muito mais ténue (passou de € 585 milhões para € 598 milhões), o que se traduzirá num elevado saldo de gerência a transitar para 2016, conforme proposta a ser analisada no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o que significa que parte das verbas de receita não foi efetivamente aplicada na atividade. -----

----- A análise da decomposição da despesa, mostra um ligeiro decréscimo tanto na rubrica pessoal como em aquisição de bens e serviços.-----

----- No caso do pessoal, regista-se uma nova descida do número de efetivos (de 7.722 em 2014 para 7.628 em 2015), o que esperamos possa ser compensado pelos trabalhadores que se encontram em recibo verde (cantoneiros, coveiros e outros), que é suposto venham a ser integrados no quadro do Município no decurso dos concursos abertos.-----

----- As transferências para as Freguesias voltaram a subir, sendo em 2015 de € 75,6 milhões (em 2014 haviam sido de € 65,1 milhões e em 2013 de € 27,9 milhões).-----

----- A dotação final para plano de atividades foi de € 374 milhões e a execução foi de € 271, o que de algum modo dá uma taxa de execução alta, de 72,6%.-----

----- O Plano Anual de Atividades teve uma taxa de execução de 72,6%, correspondendo a um volume de € 271,2 milhões (em 2014 a execução foi de 61,2%, com um total de € 245,6 milhões).-----

-----As verbas mais significativas foram a Reforma administrativa com € 69,0 milhões, seguindo-se o Tratamento águas residuais com € 33,3, portanto, por outro lado em relação aos eixos, os que absorveram maiores verbas temos em primeiro lugar a Governação próxima e participada, com 87,8 e em último lugar e aqui era um aspeto também a ter em conta futuramente o Direito à Habitação apenas com 20.0.-----

----- Se nos focarmos apenas nos números, parece que o desempenho em 2015 melhorou em relação a 2014, fruto de maior verba de receita (aumento de taxas e impostos na cidade, apesar de o Senhor Vereador referir permanentemente a posição claramente vantajosa de Lisboa, no quadro da área metropolitana e aparentemente também noutros aspetos até a nível internacional), mas também de uma taxa de execução mais elevada. Estes fatores conjugados indicam que a atividade teve um crescimento global de 10,4 %.-----

----- Em conclusão, os documentos que estamos a analisar mostram claramente o bom estado das contas da Câmara, isto não é posto em causa por nós de modo nenhum, aliás é um dado objetivo, mas do nosso ponto de vista estes instrumentos não nos permitem ter uma visão clara e objetiva das políticas que o município desenvolveu ou pretende desenvolver em 2016. Refiro, por exemplo, o facto de as taxas de execução de 2015 apresentarem valores muito abaixo das dotações previstas para 2016. Ouvimos há pouco algumas explicações do Senhor Vereador sobre esta questão, penso eu, justificando que os grandes investimentos já estão em marcha para 2016, de qualquer forma a dúvida e a crítica mantemo-la.-----

----- Alguns projetos em curso tiveram taxas de execução baixas, e surgem com dotações elevadas em 2016, o que dificulta a análise das políticas da cidade, sobre o que queremos e para quem se deve dirigir prioritariamente a nossa intervenção. Por isto, o PCP irá votar contra esta proposta. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores e Deputados.-----

----- Vem a Câmara Municipal de Lisboa apresentar hoje a esta Assembleia, na casa da democracia da nossa cidade, o seu Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do ano transato de 2015. -----

----- É a ocasião em que nos últimos anos, em perfeita beatitude, se detém em autossatisfação com o seu próprio desempenho, aplaudindo-se por ter reduzido o passivo financeiro e a dívida que continua a manter, como se não fosse essa a sua obrigação primeira. -----

----- E desenvolve um exercício de base comparativa, pretendendo arrogar-se de fazer mais e melhor do que todos os anteriores Executivos, que reduziu e outros acrescentaram, que pagou e outros nem sempre pagaram, mas de facto o que ocorreu é que beneficiou de condições excepcionais para conseguir diminuir o passivo, face a um aumento brutal da cobrança de impostos onde impera o Imposto Municipal sobre Transações, proveniente da retoma do sector imobiliário. Não que a Câmara tivesse de qualquer forma contribuído para isso, mas porque a ação governamental nos começou a retirar do estado catastrófico em que foi deixado o país. -----

----- Em boa verdade, a redução do passivo continua desde 2009, mas o aumento da receita fiscal no ano transato foi tão inesperado para a Câmara que a cobrança efetiva foi de mais de 127%, do que tinha previsto, assim demonstrando o aspeto conjuntural da respetiva fonte.-----

-----A própria receita de atividade, composta sobretudo da cobrança de taxas, preços e tarifas, atingiu valores elevados, refletindo já, no declinar do ano de 2015, a arrecadação das verbas das novas taxas de Proteção Civil e Turística com que se oneraram os bolsos dos moradores de Lisboa e dos que nos visitam.-----

----- Por sua vez, cresceu de forma equivalente a receita patrimonial que é confortada por rendimentos de propriedade, rendas e muito fortemente por alienações diretas do património municipal.-----

----- É portanto extraordinário que se alegue, como o faz o Sr. Vereador que quando se cria e impõe uma nova e gravosa taxa ou tarifa, dizer que a Câmara poupou aos municípios a verba que não lhe cobrou, antes de inventar essa tarifa. É de facto preciso desplante.-----

----- Só o IMT registou um incremento de mais do dobro do que era esperado pelo Município, especificamente 210%, apesar de ser uma tendência que se vem acentuando desde 2013 e 2014.-----

----- Verifica-se assim uma relevante recuperação da economia local, ligada ao aumento da atividade económica e de uma fortíssima procura turística em que Lisboa desempenha um papel de substituição dos mercados mediterrânicos considerados inseguros. -----

----- Assim, a situação de redução de dívida e de passivo, é resultado direto de fatores exógenos, tanto em 2012 com receitas extraordinárias provenientes do encaixe de 300 milhões de Euros da venda dos terrenos do Aeroporto, como em 2014 e sobretudo no ano transato com mais de 100 milhões de Euros provenientes de mais impostos, mais taxas e mais receitas pela alienação do património da cidade. -----

----- O que é assim de admirar é que a redução do passivo se tenha limitado a 1%, resultado da fração de 1 181 milhões de Euros como passivo calculado para 2015 e de 1 196 milhões de Euros do passivo apurado em 2014. São contas, são indiscutíveis. ----

----- E não se venha alegar como faz a Câmara que o decréscimo só não é superior por efeito dos processos EPUL e BRAGAPARQUES, pois que estes processos resultam especificamente de opções estratégicas decididas por única iniciativa deste Município, assim como o são os programas de amortização de dívida a fornecedores institucionais, como a VALORSUL e SIMTEJO. -----

----- Senhora Presidente, está agora a Câmara a preparar-se para consumir as verbas resultantes do exercício em análise em obras de grande visibilidade com o flagrante objetivo de colher dividendos eleitorais em 2017. -----

----- É assim indiscutível que as obras que prometem paralisar Lisboa e gerar um contínuo buzião, estão a ser literalmente pagas pelo aumento das taxas sofridas pelos lisboetas e pela crescente arrecadação de impostos retirados às suas parcas bolsas.-----

----- Senhora Presidente, esta política, estes resultados, não servem a cidade de Lisboa, antes lhe são muito desfavoráveis e prejudiciais ao seu bem-estar e segurança. ----Terão a nossa oposição. -----

----- Senhora Presidente, está agora a Câmara a preparar-se para consumir as verbas resultantes do exercício em análise em obras de grande visibilidade com o flagrante objetivo de colher dividendos eleitorais em 2017. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão de 2015, Os Verdes pretendem destacar os seguintes aspetos: -----

----- Tal como já tínhamos alertado na altura da discussão do orçamento, previa-se um aumento da carga fiscal, havendo um agravamento dos valores a pagar pelos lisboetas, algo com que Os Verdes não concordaram, por considerarmos que o caminho não podia ser esse. -----

----- Os documentos que agora discutimos vêm demonstrar aquilo que dissemos. Em 2015 a Câmara Municipal de Lisboa arrecadou mais 54,6 milhões de euros com taxas e impostos. Ou seja, no total conseguiu 409 milhões de euros, mais 15,4 % face ao ano de 2014. -----

----- Diz o Senhor Vereador que “está a correr de acordo com o que estava planeado”, e efetivamente está, o problema aqui são as opções do executivo. -----

----- Os munícipes estão a pagar mais do que estava previsto, por exemplo, um consumidor médio paga mais 10 euros e, em média, cada lisboeta paga mais 80 euros por ano. -----

----- Os cidadãos são sobrecarregados e não é a devolução do IRS que vai compensar essa sobrecarga, porque está a acontecer exatamente aquilo que dissemos que ia acontecer: as taxas e impostos aumentam para todos e depois, alguns mas não todos,

beneficiam da devolução do IRS. Viu-se logo que esta história de dar com uma mão a alguns para, com as duas mãos, tirar a todos, não ia resultar. -----

----- Sobre isto, era importante perceber se o executivo pondera baixar as taxas ou se vai manter esta opção, porque o que estes documentos nos mostram é que as contas da Câmara até podem ser as melhores da década, mas não o são para os munícipes. -----

----- E outro aspeto que temos levantado não só agora mas ao longo dos anos prende-se com os recursos humanos. Pelas contas da autarquia terão saído 155 trabalhadores, de forma definitiva, e previa-se que tivessem entrado 94, sendo que nesses 94 se incluem os 48 bombeiros que ainda não estão em funções. Mais uma vez, continuamos a ter um mapa de pessoal aquém das necessidades do município. -----

----- E, de facto, a questão que se coloca é: se até agora não se fez mais porque não havia dinheiro, então porque não se faz agora, quando é tão publicitada a disponibilidade financeira? E é nesta inversão de prioridades que se encontra a nossa maior divergência com as opções do executivo. -----

----- Quanto às alienações de património realizadas no ano de 2015, resultaram num encaixe financeiro de 76,7 milhões de euros, o que também nos suscita sérias reservas. -----

----- Para Os Verdes é completamente inaceitável que se venda ao desbarato património da Câmara onde funcionam serviços municipais, quando isso traz graves consequências para os trabalhadores a nível das condições de trabalho e para os lisboetas na qualidade da prestação desses serviços. -----

----- Dois exemplos flagrantes são o caso do caso do Quartel do Colombo e o Complexo de Alcântara. Em ambos os casos o executivo corre com os trabalhadores de locais onde havia condições, para os transferir para espaços com menos condições, para dar lugar à expansão de um hospital privado, no Colombo, e em Alcântara, para construir de raiz um novo hospital privado.-----

----- Não se pode aceitar tudo para arrecadar receita! -----

----- Por outro lado, seria bom vermos o executivo tão ativo e diligente a defender os Centros de Saúde e os hospitais públicos na cidade de Lisboa, enfim a lutar pelo Serviço Nacional de Saúde, como defende e apadrinha o Grupo Espírito Santo e o Grupo Mello. Torna-se cada vez mais evidente que são opções, e o executivo tem mostrado claramente de que lado está.-----

----- Um outro ponto que não pode ser ignorado é a baixa taxa de execução. Sabemos que o executivo está satisfeito com as contas. E com a taxa de execução? Estão o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador satisfeitos com a atividade da Câmara e já estavam à espera que assim fosse?-----

----- A nível da taxa de execução do Plano de Atividades temos alguns dados preocupantes: o Eixo C - Lisboa Inclusiva não chegou aos 58% e o Eixo D – Lisboa Sustentável, nem os 56% atingiu. A “cidade de bairros” ficou-se nos 34,4%, o “espaço público amigável” nos 44,6%, o “direito à habitação” nos 47,5% e o Eixo D5 – Cidade das Energias Renováveis teve uma execução de apenas 23,4%, o que contrasta de forma flagrante com a execução de 99,2% do Eixo E3 – Cidade do Turismo, que apresenta a mais alta taxa de execução. -----



----- É que ter apenas as contas equilibradas não chega. É preciso que isso se reflita na cidade e nas pessoas. Não chega cabimentar determinada verba para fazer algo que não se faz, ou dar prioridade apenas àquilo que se entende, indo contra as necessidades das pessoas. E com estas prioridades, é fácil perceber quem fica a perder. -----

----- Podemos também constatar, da análise dos documentos agora em discussão, que houve um aumento da verba para a aquisição de serviços, ultrapassando os 130 milhões de euros, mais 36% face ao ano de 2014. Ou seja, não há mais trabalhadores da Câmara, mas há mais serviços contratados a entidades externas. Estamos, mais uma vez, perante a aposta na externalização que os Verdes contestam. -----

----- Por fim, terminar dizendo que não temos nada a apontar do ponto de vista técnico. -----

----- Apesar das reservas ainda referenciadas no parecer do Revisor do Oficial de Contas, reconhecemos a melhoria que houve, contudo, sobre o carácter político das contas de 2015, mantemos as mesmas reservas e as mesmas divergências, razão pela qual votaremos em conformidade com o que defendemos. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público presente. --

----- Temos hoje para apreciação e votação um dos documentos de indiscutível relevância para o conhecimento e valoração do governo da cidade de Lisboa no ano transato: o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras respeitantes a 2015, bem como a aplicação de resultados, através da proposta n.º 192/2016. -----

----- Quando se examina o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras de um exercício municipal não se está a analisar apenas, ou principalmente, um conjunto de números ou de indicadores. -----

----- O que esses documentos, e esses números e indicadores expressam (e quantificam) são os valores, as políticas, as estratégias, as prioridades, as atividades desenvolvidas pelo executivo municipal. O que tais documentos e os números e indicadores refletem são a oportunidade, a pertinência e a adequação à realidade dos objetivos e das medidas aprovadas. -----

----- O Bloco de Esquerda assumiu, em sede de votação do Orçamento e Opções do Plano para 2015 a sua posição contrária ao mesmo, sustentada em razões de ordem política. A execução desses documentos, espelhada nos documentos de prestação de contas em apreciação confirma as razões desse voto. -----

----- A maioria na Câmara Municipal de Lisboa e nesta Assembleia Municipal regozija-se com as melhores contas de sempre do Município de Lisboa desde a implementação do POCAL. Mas essa mesma maioria esquece-se de referir as duas verdadeiras razões para essa qualidade das contas: a alienação da Cidade a retalho e o saque aos bolsos dos Municípes. -----

----- A política de alienação da Cidade a retalho é uma realidade infelizmente recorrentemente debatida e que traça uma linha vermelha de clara separação de pontos de vista entre a maioria PS e o Bloco de Esquerda. -----

----- Temos referido, com firmeza e clareza, que a posição do Município de Lisboa enquanto proprietário fundiário na Cidade é mais que uma questão financeira. Comporta sobretudo uma posição de reserva estratégica, permitindo em todos os momentos, o atual e os futuros, a possibilidade de o Município de Lisboa corrigir os desmandos do mercado imobiliário, que bem sabemos ser fortemente influenciado por movimentos especulativos. -----

----- A desertificação da Cidade, motivada pela especulação imobiliária traduzida no aumento dos custos da habitação e do arrendamento será exponenciada se a Cidade se vir privada, por via do enfraquecimento sua posição de relevo enquanto proprietária, de oferecer alternativas que privilegiem a fixação de populações e de serviços, por ventura menos rentáveis ou geridos por entidades da economia social que são expulsos pelos preços proibitivos. -----

----- Sublinhe-se que na edição de 7 de Maio de 2016, o semanário “*Expresso*” noticiava que as “*imobiliárias estimam aumento de 40% nas rendas de Lisboa*”. -----

----- A política de alienação de ativos imobiliários municipais que está a ser levada a cabo por esta maioria é irresponsável e com objetivos de curto prazo, privando a Cidade, a prazo, de um papel decisivo não apenas pela via do licenciamento urbanístico como também pela via da intervenção no mercado. Esta maioria está a espoliar a Cidade e as suas gerações futuras, condicionando irrevogavelmente as possibilidades de intervenção de executivos futuros. -----

----- Por isso, os € 72. 717. 795,57 respeitantes à venda de terrenos, habitações e edifícios, que representam 10% da despesa cobrada, demonstram bem que estes números foram possíveis porque esta maioria persiste em vender a Cidade a retalho, assumindo-se como uma espécie de jogador de “*Monopólio*” e não como uma entidade que procura regular o mercado e assegurar para todos o “*Direito à Cidade*”, sem discriminação económica ou social. -----

----- Por outro lado, e como já aqui se sublinhou, estes documentos de prestação de contas refletem também o saque desenfreado que esta maioria lançou aos lissoisiponenses. -----

----- Referimo-nos aos aumentos da fatura de água paga pelos munícipes com a cobrança em favor do Município e de sua responsabilidade das tarifas de saneamento, no montante de € 36 422 000 e de recolha de resíduos sólidos urbanos, no montante de € 20 837 000. -----

----- A receita cobrada em 2015 de tarifas de saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos representou mais de € 57 000 000 de euros, isto é cerca de 7,9% do total da receita cobrada. -----

----- Curiosamente, o saldo de gerência que transita para 2016 é de € 123.986.780, sendo o somatório das vendas de imóveis com as tarifas de saneamento e de recolha de resíduos sólidos urbanos de cerca de € 130 000 000. O saldo transitado é assim

quase o somatório das receitas da venda da Cidade com as novas tarifas que os olissiponenses suportaram. -----

----- Mas se o Município de Lisboa lançou a tarifa de saneamento de águas residuais, teve de dizer que extinguiu a velha taxa de conservação de esgotos. Mas não a extinguiu, antes a substituiu, travestindo-a de Taxa Municipal de Proteção Civil e que representou, em 2015, uma receita cobrada de € 14 485 000. A nossa posição sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil foi também muito clara. -----

----- No que diz respeito ao Investimento o ano de 2015 as taxas de execução são baixas, particularmente depois das dotações para 2016, o Fundo de Emergência Social de Lisboa é um bom exemplo pois chegou a 2015 famílias no ano passado, tendo ficado por atribuir ou dar às famílias mais de 600 mil euros. (Público -10.5.2016).-----

----- A par de todas estas situações, que em muito contribuíram para aumentar o custo de vida dos olissiponenses, traduzindo-se numa política austeritária, temos que lembrar as diversas tentativas, algumas delas consumadas, de isentar taxas urbanísticas a grandes empreendimentos. -----

----- Esta maioria diz comportar-se como o “Robin Hood” mas em boa verdade comporta-se como o “Xerife de Nottingham”: diz prezar a justiça fiscal mas, na verdade, aumenta as taxas e tarifas aos cidadãos, não lhe faltando a vontade de proceder a generosas isenções de taxas a grandes empreendimentos. -----

----- Estas razões são mais que suficientes para demonstrar que esta política orçamental não serve a Cidade e os seus habitantes e que estes documentos de prestação de contas devem ser votados em conformidade com essa constatação. -----

----- Ainda a propósito de impostos, convém lembrar duas questões: -----

----- Em primeiro lugar, o IMT, cuja gradual extinção estava prevista foi repostado pelo Orçamento de Estado para 2016. Lembramos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, então Vereador com o pelouro das finanças, justificou a introdução das novas taxas e tarifas com a previsível quebra de receitas ditadas pela extinção do IMT. Hoje, sabemos que o IMT não será extinto, revelando, aliás, um bom comportamento na execução orçamental em Lisboa ao crescer no ano de 2015 em cerca de € 51 000 000 (quase tanto como os cerca de € 57 000 000 de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos), isto é aumentando a sua receita em 41,5% face a 2014. Qual é agora a justificação para as “taxas e taxinhas”, como as alcunhou um ministro de má memória?-----

----- Esta maioria persiste em desperdiçar receita fiscal de forma inútil com o IMI, ao conceder uma redução de 20% aos prédios arrendados. Ora, como o IMI é integralmente dedutível em sede de IRS para os prédios arrendados, significa isto que o Município perde receita de IMI e o Estado aumenta a sua receita de IRS, sendo esta decisão neutra para os senhorios. Para quando uma alteração desta política em benefício do erário municipal?-----

----- Quanto aos encargos financeiros do Município de Lisboa, os documentos de prestação de contas revelam uma situação, no mínimo, bizarra: o Município de Lisboa, relativamente a empréstimos de médio e longo prazo suportou € 46,3 milhões de amortizações e € 3,4 milhões em juros, suportando em acordos de pagamento com

cessão de créditos junto da banca € 7,5 milhões em amortizações e € 5,6 milhões em juros, juros estes que ascendem a € 6,3 milhões se se somarem os juros devidos pelos acordos de pagamento celebrados com a Simtejo, a Valorsul e o aumento de juros com a Bragaparques. -----

----- Em suma e terminando, os juros suportados pela dívida bancária a médio e longo prazo, que a 1 de Janeiro de 2014 ascendia a € 414 802 milhões foram em 2014 de 3,4 milhões, sendo os outros juros quase o dobro deste valor. Impunha-se a uma boa gestão a renegociação dos juros que representaram € 6,3 milhões, que representam um inequívoco desperdício de recursos do Município. E nesse sentido, não se pode dar aprovação a esta gestão.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS/PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia, caros Membros da Mesa, caro Senhor Presidente, Senhor Vereador das Finanças em particular, Serviços Camarários da Direção Municipal de Finanças, caros Deputados. -----

----- Da análise da nossa leitura á prestação de contas do Município de Lisboa em 2015, apresentado com ostentação pelo Vereador das Finanças sobressai um aumento da receita arrecadada na rubrica de impostos e taxas em comparação com o período homólogo de 54,6 milhões de euros fortemente influenciado pelo INT, que se caracteriza por ser uma receita de natureza conjuntural e pontual, ou seja, receita extraordinária, tal como se verifica no valor liquidado proveniente da alienação de imóveis em mais de 57,1 milhões. -----

----- Considerando que o total de proveitos do exercício é de 150.8 mil milhões de euros, contabilizando com o montante proveniente da rubrica tarifa de saneamento e de resíduos urbanos o CDS defende que a Câmara Municipal de Lisboa tem condições para fazer refletir estes proveitos na redução de impostos, de taxas e de tarifas no presente ano, ao contrário do caminho seguido da consecutiva criação de taxas e taxinhas a que temos assistido e nesta matéria o CDS mantém a sua disponibilidade para em conjunto com as restantes forças políticas e com o Executivo trabalhar para um entendimento fiscal alargado às taxas, tal como já aconteceu nos últimos anos em matéria de impostos.-----

----- Sobre o documento apresentado, a que dedicámos especial atenção, há várias rubricas que nos levantam dúvidas, o aparente bom desempenho da rubrica de dívidas a terceiros de curto prazo pode ser ardiloso quando se verifica um aumento de quase 30 milhões na dívida a terceiros de médio e longo prazo. -----

----- Esta situação pode indiciar uma renegociação da dívida de curto prazo para médio e longo prazo empurrando com a barriga a liquidação das dívidas! Apesar de ser um mecanismo legal a que os Municípios podem recorrer o CDS entende que este procedimento só deveria ser usado em caso de extrema necessidade, o que parece que não se afigura na situação atual da autarquia, fazendo fé nas declarações do Senhor Presidente e do Senhor Vereador das Finanças sobre o estado das contas da Câmara

quando afirmam serem as melhores da última década, se assim é a que se deve este aumento? -----

----- Por outro lado o valor global do passivo decresce de 14,2 milhões face a 2014, o que sendo positivo nos parece escasso se tivermos em conta que uma das razões em que o PS se fundamentou na alienação do património foi a necessidade de reduzir a dívida municipal e conseguir melhorar a posição negocial da Câmara junto dos fornecedores e credores. -----

----- Não sendo legalmente possível consignar esta receita da venda de património diretamente à redução da dívida o que se constata é que ficou muito aquém do prometido uma vez que a receita cobrada com a venda de património em 2015 foi de 72 milhões, ultrapassando largamente a verba estimada de 22,8, ou seja, só 20% do total é que realmente foi aplicado na redução do passivo. -----

----- É uma opção política com a qual o CDS não poderá concordar, assim importa que o Executivo esclareça onde foi realmente aplicada esta receita, a bem da transparência das tomadas de decisão do atual Executivo Camarário questionamos ainda se a Câmara vai continuar a fundamentar o desbaratamento do património municipal com o pretexto de reduzir a dívida. -----

----- Como já referi o grande aumento nas receitas provem de rubricas de carácter extraordinário, como é o caso do IMT, que não dependem da Câmara pelo que estamos perante uma boa e forte razão para que a Câmara se empenhe em reduzir efetivamente o passivo que continua alto após nove anos de PS. -----

----- Outro aspeto prende-se com o facto de o Município continuar a não receber, a não conseguir receber de quem lhe deve, o montante total de dívidas de cobrança duvidosa até seis meses somado com o de seis meses a um ano é superior a 5 milhões, mas o montante global ascende à soma de 71 milhões. -----

----- A Câmara inscreve no seu orçamento de 2015 o montante para recuperar dívida em atraso na rubrica encargos de cobrança e receita de apenas 5 milhões e meio, mais uma vez e face a estes dados o CDS constata que o retorno é inexistente ou nulo! -----

----- Por uma questão de justiça o CDS exorta a Câmara e envidará todos os esforços para receber o que é seu por direito em vez de aumentar os impostos! Se só alguns devem mas todos pagamos os impostos, o que não pode reiteradamente acontecer! -----

----- O Município sobrecarrega os lisboetas com a aplicação de uma taxa sob resíduos urbanos, uma taxa de saneamento e uma taxa de proteção civil, esta última que os lisboetas ainda não entenderam como é que irão beneficiar dela! -----

----- Como mero exemplo do que afirmo e não é só os munícipes também é pela voz dos Bombeiros Municipais que sabemos que tem havido um desinvestimento pessoal em materiais e qualidade de serviços no Regimento de Sapadores Bombeiros, o que nos leva a questionar para onde vai a taxa de Proteção Civil, uma vez que em Lisboa estamos todos em termos de segurança mais vulneráveis face às orientações do Executivo em matéria de operacionalidade. -----

----- As melhores contas do Município há mais de uma década, afirmou humildemente o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que depois do Município cobrar ao bolso dos lisboetas mais 80 euros com esta taxa por comparação com o ano anterior acha que o

mérito dos resultados financeiros se deve apenas a uma boa gestão quando o que verdadeiramente assistimos é ao aumento da sobrecarga da taxa sobre os munícipes e aplicação do novo cálculo de IMT entretanto alterado, o que também gostaríamos de ver espelhado e ter escutado nas demonstrações financeiras e nas políticas preconizadas pelo Executivo, é que a despesa tinha sido reduzida e que o património fora valorizado e que a dívida tinha diminuído se tivermos por base os pressupostos que o próprio PS nos apresentou no início do atual mandato, mas tal não aconteceu, ficou-se pelo aumento de taxas aos contribuintes que permite ao Executivo Socialista de financiar as iniciativas já sobejamente anunciadas. Obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, caras e caros colegas Deputados Municipais.-----

----- Estamos perante uma das mais importantes propostas que temos ao longo de um ano e sendo óbvio que o desempenho financeiro da Câmara Municipal de Lisboa é muito bom prometo que não vou repetir números mas vou só discutir a baixa que o valor do passivo teve que baixou mais de 771 milhões de euros dos últimos 7 anos, já incluindo fatores externos esses mesmos de contingências como a EPUL ou então da BragaParques, só para dar esses exemplos, mas prefiro realçar e comparar rácios, sobretudo um conjunto de rácios de equilíbrio e olhando para esses rácios salta à vista que grande parte deles estão nos melhores valores de sempre, não só a nível daquilo que é a evolução da cidade de Lisboa como também em relação a outros municípios do nosso país e é por isso mesmo que temos que aderir á informação que o Senhor Vereador das Finanças fez, são as melhores contas dos últimos 14 anos e que aqui e ali no conjunto de discursos que ouvimos hoje aqui durante esta tarde, várias forças políticas acabam por ter que reconhecer e que esse tipo de considerações não podem ser feitas com base em apenas naquele “diz-que-diz”, mas em fatos também numéricos, numa análise técnica sobre o conjunto dos números, comparando aquilo que pode ser comparado com qualquer Câmara Municipal e é por isso que reforço a importância dos rácios e que neste campo desafio qualquer Membro desta Assembleia a apresentar um exemplo de uma Câmara Municipal do nosso país melhor do que aquilo que Lisboa mostra a este nível!-----

----- E algo que é muito importante em qualquer entidade pública e que me mete confusão como não foi aqui mais vezes realçado, até para dar o exemplo como entidade pública, é pagar a tempo e horas ao conjunto de fornecedores e por isso mesmo começo por referir a importância para o Partido Socialista e fazer uma comparação com o passado percebendo que desde 2006 que a Câmara Municipal de Lisboa baixou em 321 dias o prazo médio de pagamentos e que baixou em 451 milhões de euros da dívida a fornecedores.-----

----- Para o Partido Socialista este número é importante não pelo número em si mesmo mas porque mostra uma atitude de respeito pela economia da cidade, mostra uma atitude de quem compreende a importância que as empresas têm para a cidade e que por detrás dessas empresas existem homens e mulheres que trabalham para elas e que

têm também de receber os seus salários, os ordenados a tempo e horas e por isso mesmo não é pelo rácio que é importante, não é pelo valor que é importante mas pelo respeito que este facto mostra para não só o conjunto dos trabalhadores das empresas que são fornecedoras da Câmara Municipal de Lisboa, como também para estimular a economia da cidade e até para dar o exemplo como também entidade pública. -----

----- Eu ainda me recordo em 2006 e em 2007 termos aqui empresários a aproveitar o período do público para virem reclamar de dívidas que a Câmara Municipal tinha e que estavam à espera, empresas que estavam praticamente a ir à falência porque a Câmara Municipal de Lisboa não cumpria aquilo que tinha que fazer e que isso para nós é muito importante porque envolve pessoas! -----

----- Assumimos que o valor das receitas em 2015 foi também positivo, não temos dúvidas disso, mas temos que analisar qual a receita que teve um crescimento maior, o IMT. O IMT não é por fatores externos tal como o PSD disse ou não é nenhuma receita extra como o CDS disse, IMT tem a ver com a quantidade de transições imobiliárias e do valor que houve em nível de Lisboa e isso mostra e também deriva daquilo que é a dinâmica que a cidade de Lisboa atualmente tem do investimento nos últimos anos em obras como a requalificação da Ribeira das Naus, como o Arco da Rua Augusta que foi requalificado e é por causa disso que Lisboa tem também cada vez mais turistas, que daquilo que foram o estímulo à requalificação urbana de vários programas a Câmara Municipal de Lisboa e que por isso mesmo depois há o retorno a nível de aumento de receitas, mas que também deriva daquilo que é um trabalho de base e um trabalho de muitos anos da Câmara Municipal de Lisboa, daquilo que é a atração para novas empresas que neste momento estão cada vez mais a vir e a escolher de forma global a cidade de Lisboa, para também se instalarem e conseguiu-se isso, isso teve a sua génese por exemplo em apostas como foi aquilo também das Startup de Lisboa, quando se consegue atrair também para Lisboa também vários grandes exemplos como nos últimos anos temos conseguido e como em novembro próximo vamos ter a Web Summit que não só permite que novas empresas possam vir para a cidade de Lisboa, como fazem que novas pessoas venham para a cidade de Lisboa, que comprem casas, que se requalifique mais urbanamente a cidade e é isso que faz com que o valor do imposto do IMT suba e isso é mérito da Câmara Municipal de Lisboa e como tal aquilo que está a colher são os frutos daquilo que é um trabalho de anos que também foi feito. -----

----- E num quadro que, e eu não compreendo como é que ouvi expressões como “um saque à população de Lisboa a nível de impostos” num quadro de uma política fiscal atrativa em que devolve às famílias de Lisboa por ano mais de 100 milhões de euros entre o facto de só cobrar metade daquilo que era o valor de IRS que tinha direito a receber, o complemento do Município, como por exemplo mesmo incluindo a taxa de proteção civil já aqui muitas vezes falada, de continuar a ter a segunda taxa mais baixa de Lisboa a nível de IMI mais Taxa Municipal de Proteção Civil só à volta de todo o conjunto de municípios da região de Lisboa, tanto da margem sul como da margem norte, só Vila Franca de Xira é que pode cantar mais de galo do que nós! E

isso é algo que muitas vezes há aqui uma espécie de amnésia total que esta Assembleia tem que nunca isso é também referido!-----

----- Mas continuando a falar em falácias o PSD mais uma vez vai buscar uma falácia que é antiga e que sempre que se discute números e contas há sempre o uso da mesma que é a venda dos terrenos à ANA, que foi feita e que não foi mais do que um direito que o Município de Lisboa também tinha, sem perceber que a dívida líquida da Câmara de Lisboa baixou desde 2009, podemos também comparar, mais do que 517 milhões de euros e que o valor líquido daquilo que foi a venda, tem um valor, porque esquecem-se também que Lisboa depois teve que assumir uma série de dívidas com a Parque Expo e tudo o mais, que não chega a 270 milhões de euros, por isso há uma diferença enorme do conseguido fruto daquilo que foi o trabalho feito e foi por isso mesmo que até tive o cuidado de em sede de Comissão de Finanças de fazer essa mesma pergunta para ver se uma vez por todas todos conseguíamos também compreender isso e todos conseguíamos fazer um debate mais sério sobre esse tipo de questões.-----

----- Mas depois de falarmos em receitas podemos também falar a nível de despesa, como disse não se consegue baixar a dívida, não se consegue baixar o passivo se não houver uma boa gestão interna, se não houver uma gestão que faça com que a Câmara Municipal gaste naquilo que deve também gastar, que se permita investir também na cidade e que permita também investir também naquilo que crie valor à cidade, que crie valor para quem mora cá mas que poupe nos custos em que pode baixar e é bom de se ver que mais de um ano há uma baixa nos custos operacionais da Câmara Municipal de Lisboa que acho que é a melhor forma para definir aquilo que é performance a nível de despesa que uma entidade tem em que baixou em relação ao período homólogo em menos 31,1 milhões de euros, menos 6,3%.-----

----- Uma outra matéria, que recordo-me de há uns anos atrás, hoje em dia como temos um relatório de ROC praticamente sem ter reservas nenhuma, hoje em dia praticamente nenhuma força política fala disso, mas recordo-me que há alguns anos atrás grande parte desse tipo de discussões baseava-se muito naquilo que era o relatório do ROC e em relação ao relatório temos hoje em dia um relatório que praticamente não tem reservas, as reservas que tem são aquelas que qualquer entidade tem que constituir lá provisões, devido também a processos judiciais que tem que ter e que também é bom de realçar que o processo também judicial que está dado à provisão e que por isso mesmo o ROC tem de realçar é o processo do Parque Mayer cuja decisão política nada tem a ver com este mandato, todos sabem de onde vem mas que ainda se sofre com esse tipo de situações ou situações também do passado e que por isso mesmo posso considerar que temos um relatório de ROC limpo.-----

----- Uma outra nota para a falar a nível de conjunto de empresas municipais que registam resultados positivos em todas elas com equilíbrio dos capitais próprios, foi um trabalho que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa se propôs fazer, tinha que ser uma meta da Câmara Municipal de Lisboa e que há vários anos já está a ter resultados positivos com empresas que cumprem a sua função mas com equilíbrio entre aquilo que são as suas receitas, obviamente algumas delas também com



subsídios de exploração recebidos, mas com uma clara definição das competências de cada um e aquilo que é trabalho também extraordinário que essas empresas fazem com contratos que dão os recursos financeiros necessários para manter sempre o equilíbrio e com uma boa gestão que as mesmas empresas têm que é uma grande diferença que há em relação a um passado recente. -----

----- Discutir o relatório e contas obviamente é falar da performance financeira mas também temos que olhar para o relatório de atividades e perceber a muita obra que está a ser feita em Lisboa, a muita obra que foi feita, o que se planeia, aquilo que já está em concurso público, até já se encomendam já buzínões para fazer obra e tentar acalmar o ímpeto reformista e fazendo uma análise de toda a obra que está a ser feita é bom que se perceba que ao contrário do que foi dito a boa performance financeira da Câmara Municipal de Lisboa está a servir cada vez mais para fazer obra como a requalificação na habitação municipal que já foi feita e que vai continuar, o programa da escola nova que espero obviamente que chegue a mais escolas na cidade de Lisboa, uma ação social com vários programas superiores à média do país, com investimentos nunca antes feitos tanto a nível do plano de repavimentação de ruas, também do plano de drenagens que já começou a ser preparado em 2015 e como tal o relatório já fala disso, as requalificações em espaço público em vários pontos da cidade, os vários eventos de renome mundial que foram feitos em Lisboa no ano de 2015 a nível desportivo, também a nível cultural, equipamentos que foram também adquiridos e é bom também, deixo também essa nota em jeito de rodapé, quando se quer falar que houve vários imóveis da Câmara Municipal vendidos, património não estratégico, também ninguém vê o ninguém fala aqui daquilo que foram um conjunto de investimentos e também aquisições de terrenos, de património que a Câmara Municipal tem feito nos últimos anos para sim, para património também não estratégico poder dar uma requalificação global à cidade e isso é algo que é importante e que o relatório, a única coisa que eu também considero é que o relatório da forma como está feito se calhar não é muito claro e quilo que é a recomendação que deixamos é que no próximo ano o relatório da execução de atividades possa ficar mais claro, com fotos, para que todos compreendam e para que todos possam ter a capacidade de ler. -----

----- Uma nota final para pedir ao Senhor Vereador, depois de todo o esforço não só que fez, como um conjunto de Vereadores das Finanças, os serviços fizeram nos últimos anos, o passo seguinte na minha opinião tem que ser uma aposta clara em implementar um sistema de contabilidade analítica na Câmara, digo isso há muitos anos e também é fundamental porque uma abordagem de contabilidade de custos vai permitir não só melhorar a performance financeira da Câmara, de gastar naquilo que deve ser gasto, de poupar naquilo que não faz falta, mas fundamentalmente aumentar a qualidade de decisão e como tal não havendo dúvidas nenhuma de que a performance financeira é a performance do conjunto de atividades daquilo que foi a cidade de Lisboa no ano de 2015, é excelente, são esses pontos e esses são os pontos que eu acho que nós temos sempre que ter a ambição de fazer melhor e não tenho

dúvidas que vamos conseguir no próximo ano, ainda ter um relatório melhor e se tivermos contabilidade de custos melhor ainda será. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra para esta primeira ronda, depois a Câmara dirá se é o Senhor Presidente ou o Senhor Vereador que vai responder, é o Senhor Vereador. Muito bem.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, caros colegas, restantes presentes. -----

----- Reunimos hoje nesta Assembleia para debater a Proposta 192/2016, que visa aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2015, nos termos dos pontos 2 e 3 da parte Deliberativa da proposta. -----

----- Gostaria de destacar a Redução do Passivo Total do Município, tendência que se tem vindo a registar desde 2009, em cerca de 760 M €, mas poderia ter chegado aos 950 M €, caso não tivesse existido a obrigação da assunção de passivos relativo a alguns processos, ou seja, os encargos decorrentes da Extinção da EPUL e do processo da Braga Parques. -----

----- Porém, importa salientar que esta questão da diminuição do passivo assenta essencialmente na diminuição das provisões. -----

----- Para o ano em análise, a Execução Total da Receita atingiu os 721,8 M €, à taxa de execução global de 95,3%, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 10.9% face ao ano de 2014. Este crescimento extraordinário foi impulsionado por fatores de ordem conjuntural, como já foi mencionado aqui pelo Sr. Vereador, nomeadamente pela dinâmica do sector imobiliário, por via do IMT que resulta basicamente, da política dos “vistos Gold” e da consolidação de Lisboa enquanto um dos melhores destinos turísticos, também do IMI, da Derrama, da alienação de Património, da introdução das tarifas de águas residuais e resíduos urbanos, bem como na criação das Taxas Municipais de Proteção Civil e Turística. -----

----- Do ponto de vista financeiro, o Partido da Terra partilha a ideia do Sr. Vereador de que houve uma melhoria significativa nas contas municipais, tendo-se mesmo verificado um dos maiores aumentos da Receita dos últimos anos, com exceção do ano de 2012, como já aqui largamente já foi referido porquê. -----

----- Todavia, este aumento da receita acarreta algumas preocupações, dado que o aumento da receita, deriva do esforço efetuado pelos Lisboetas, e a Câmara conseguiu ainda assim, diminuir o investimento! -----

----- Apesar da dívida a fornecedores ser a 3 dias, o que na prática representa pronto pagamento, o Partido da Terra, não deixou de reparar, no Relatório de Gestão, que esta informação refere-se só aos pagamentos a curto prazo, já que a dívida a médio e longo prazo aumentou cerca de 30 M€. -----

----- Caros colegas, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, a nível do plano de atividades, continuam a verificar-se taxas de cumprimento inferiores a 50%. O que se deduz que parte da receita não foi aplicada na respetiva atividade. -----

----- O PPI, (Plano Plurianual de Investimentos) não é melhor que o Plano de Atividades, visto que de um total de 140 M €, o executivo apenas executou metade. ----

----- Em relação às Empresas Municipais, a CML transferiu cerca de 17,5 M €, tendo a GEBALIS e a EGEAC absorvido 92% destes recursos. -----

----- Em termos práticos, caminhamos para deixar um deserto de competências na cultura, ao nível da Câmara Municipal. -----

----- Por fim, não poderíamos terminar esta intervenção sem fazer referência ao Revisor Oficial de Contas, que entende que das 4 reservas apontadas em 2014, apenas permanecem duas, e que, excetuando-as, os documentos em apreciação estão em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do POCAL. -----

----- Em suma, e embora o resultado líquido seja, numa primeira leitura, positivo, a verdade é que só é conseguido à custa de resultados extraordinários, com uma herança pesada nos contribuintes. -----

----- Face ao exposto o Partido da Terra não poderá acompanhar favoravelmente a proposta. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, neste momento do lado dos Senhores Deputados Municipais não temos mais inscrições. -----

----- Da bancada da Câmara tenho a indicação que querem intervir, e dispõem ainda de 26 minutos, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva e o Senhor Presidente da Câmara, portanto, dou a palavra ao Senhor Vereador e o Senhor Presidente da Câmara falará no fim.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito boa tarde a todos novamente. -----

----- Eu gostava de começar, peço desculpa porque o tempo já é curto e certamente há muita coisa ainda para dizer, eu vou ser muito sintético e peço desculpa de não responder individualizadamente a cada um dos Deputados mas pareceu-me que sintetizando aqui algumas questões que produziria o mesmo efeito e responderia às questões e podia passar a seguir a palavra ao Senhor Presidente que é quem tem a intervenção substantiva para fazer. -----

----- Bem, eu confesso que relativamente a impostos, taxas e tarifas, confesso que não estou cansado porque eu sou muito persistente mas deixa-ma cada vez mais incomodado o facto de não me fazer entender porque eu começo a pensar que ou sou eu que não me explico bem ou então há aí problemas de saúde pública, de audição e de distorção, de não querer ouvir alguma coisa. Eu não sei! Mas eu vou tentar explicar outra vez. -----

----- Quanto ao IMI temos o IMI mais baixo da Área Metropolitana de Lisboa e possível do país! Alguém nesta Assembleia sugere que nós contrariemos a Lei e que vamos abaixo de 0.3? É que se sugerem digam porque nós gostávamos de perceber quem eram. E mais, há aí algumas pessoas que têm contactos privilegiados com outras que estão noutros sítios que podiam também baixar, aqui já não dá para baixar mais! Pensem lá em falar com outros que possam baixar, é que nós já não dá mais!-----

----- Quanto ao IMT não somos nós que o fixamos, o IMT é igual para todo o país e, portanto, nós usufruímos nós usufruímos dessa mesma taxa! Agora dizer sobre o IMT, deixe-me lá Senhor Deputado Magalhães Pereira que nós somos completamente alheios à receita do IMT! Quer dizer, tudo o que temos feito na cidade, a cidade estar considerada, todos os dias sai um ranking novo em que a cidade aparece melhor em vários domínios, a melhor cidade para viver, a melhor cidade para competir, uma das melhores cidades do mundo para empreender, quer dizer, consecutivamente e nós somos alheios? Mas nós somos responsáveis por tudo o que de mau lhes passa pela cabeça quando alguma coisa boa acontece nós não temos nenhuma responsabilidade nisso? Custa-me um pouco a aceitar!-----

----- Quanto a tarifas de resíduos urbanos e saneamento o que é que eu não consegui explicar? Há algum município que possa dizer “Eu não aplico os resíduos urbanos e saneamento”, mas o quê? Estão a sugerir que não se cumpra o regulamento da ERSAR? O regulamento nacional? Algum município, daqueles que o PSD por exemplo ou que o CDS ou que o PCP tem, não aplicam os resíduos urbanos e saneamento?-----

----- E já agora os Senhores não sabem tão bem como eu que não podem aplicar as tarifas que lhes apetece? As tarifas têm que refletir os custos com cada um dos serviços prestados? Então que conversa é essa de “Vamos lá baixar as tarifas.”?-----

----- Quanto ao IMI não podemos, o IMT não somos nós que fixamos, as tarifas resultam e já percebemos que a nossa performance é boa, resultam de cobrir os custos e são sindicadas e monitorizadas pela ERSAR, sobram-nos daquelas que os Senhores mais falam ... Taxa turística sobre os moradores? Os munícipes? É uma inovação mas é ao contrário, os munícipes de Lisboa pagam taxas turísticas mas é quando vão a Amesterdão e a Paris e a Londres, a Barcelona, aí sim pagam taxas turísticas e já há muitos anos!... Não, não está a ouvir bem, eu sei! Mas a questão aqui é que quem nos visita passou a contribuir, a ser cocidadão, a coresponsabilizar-se também financeiramente por aquilo que são os impactos na cidade e a podermos colocar essa capacidade financeira ao serviço da cidade no Funde de Desenvolvimento Turístico, que aliás não há muitos, eu não conheço mais nenhum! Se os Senhores conhecerem ajudem-nos!-----

----- Sobra-nos a taxa municipal de proteção civil e a taxa municipal de proteção civil foi criada por uma questão de justiça tributária, porque havia umas quantas entidades que se nós aumentássemos o IMI ou mexêssemos noutra qualquer taxa ou noutro imposto que não iriam, digamos, que não seriam penalizados aqueles que mais contribuem para os custos do sistema e o que nós fizemos, até porque deixem-me dizer-vos, que só 43% da receita da taxa municipal de proteção civil é que incide

sobre pessoas individuais, o restante são empresas e entidades coletivas, portanto, desculpem lá, ela é justa, ela tem um custo associado e ela serve para cobrir o investimento e todos os custos com o dispositivo de proteção civil da cidade, penaliza aqueles que têm degradados e devolutos, é muito justa e eu pessoalmente continuo a achar que ela deve ser mantida porque ela é uma taxa justa, ao contrário de outra qualquer solução que nós temos no quadro do financiamento das autarquias. -----

----- Muito sucintamente para terminar recursos humanos, nós estávamos limitados como todos sabem aqui nesta sala pelas sucessivas leis do Orçamento de Estado nomeadamente, em que nos trancavam a possibilidade de admitir novas pessoas, mais, criavam-nos uma regra nos últimos anos que era por cada saída de dois só podia entrar um! Isso é algo que nós não podemos aqui escamotear e que teve uns criadores, os criadores não podem agora desaparecer, não! -----

----- Mas deixem-me dizer-vos que também temos boas notícias sobre esta matéria que apesar de todas estas restrições na segunda-feira, na próxima segunda-feira, vão entrar para o Município de Lisboa uma recruta com 48 novos Sapadores Bombeiros; 43 Polícias Municipais novos vindos da PSP que em breve chegarão; o concurso para Cantoneiros, para 100 cantoneiros está a decorrer com as fases todas que os Senhores conhecem, não fomos nós que inventámos as regras mas está a correr bem e vamos poder incorporá-los este ano, esperamos nós. -----

----- Quanto às instalações, e para passarmos a palavra ao Senhor Presidente, as instalações nós estamos num momento de nacionalização das instalações municipais, fizemos aquisições como sabem na Praça do Município, fizemos um momento intermédio com um edifício do Entrepasto para construirmos um novo edifício municipal nos próximos anos e o que eu vos posso garantir aqui é que estamos a fazer tudo e vai acontecer como eu estou a dizer, estamos a fazer tudo para que as condições de todos e cada um dos trabalhadores que saem dos sítios onde estão terão melhores condições de trabalho e poderão prestar um melhor serviço aos munícipes nos sítios para onde vão, nomeadamente no Entrepasto. -----

----- Aliás deixava aqui Senhora Presidente, deixava aqui a informação de que estaremos disponíveis, aliás a solicitação quer dos Vereadores quer de alguns Deputados, sugerimos o dia 17 para todos os Deputados e todos os Vereadores que quiserem visitar o novo espaço do Entrepasto o possam fazer e, portanto, acertaremos a data se esta não der jeito, mas a disponibilidade é total para demonstrar aquilo que eu acabei de referir. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. O Senhor Presidente. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu quero começar por felicitar o Vereador das Finanças pela apresentação que realizou, pelo desempenho da Câmara do ponto de vista financeiro, pelo qual ele é responsável, e deixar, também, uma palavra de saudação a toda a equipa da Direção Municipal de Finanças que elaborou as presentes contas e que, acima de tudo,

assegurou o apoio e a execução da política financeira do município que nos permitiu atingir estes resultados. -----

----- E quero começar por sublinhar isto, a Câmara Municipal de Lisboa teve os melhores resultados financeiros da última década. E este ponto não é um ponto menor para ser sublinhado, há muito poucos anos atrás, há pouco mais de uma década atrás, a Câmara Municipal de Lisboa estava falida e, há pouco mais de uma década atrás, a Câmara Municipal de Lisboa teve uma Comissão Administrativa que veio tomar conta da sua gestão porque não houve um executivo capaz de se aguentar.-----

----- Senhores Deputados, eu insisto em reforçar o ponto que estas contas representam, apresentar as melhores contas da década, apresentar as contas com o menor passivo dos últimos dez anos, apresentar o melhor prazo de pagamento de toda a Administração Pública Portuguesa, e admito que da maior parte, da larguíssima maioria, toda a Administração Privada Portuguesa, e apresentar elementos de equilíbrio estrutural das nossas contas é algo que nos deve orgulhar, é algo que orgulha esta governação, é algo que marca uma diferença com o passado e é uma marca indiscutível desta governação, no presente e no futuro da Cidade de Lisboa. -----

----- E quero, Senhores deputados, destacar três pontos das contas, e não vale a pena detalhar mais, três só: -----

----- Em primeiro lugar, o passivo reduziu de 2009 para 2015, em 770 milhões de euros. E se descontasse os dois efeitos, quer do efeito Bragaparkes, quer do efeito da EPUL, significaria uma redução do passivo de 950 milhões de euros. Ainda há algumas vozes que dizem “Não. As melhorias das contas decorreram só da venda dos terrenos do Aeroporto”. Senhores Deputados, por estas contas que aqui, apresentamos já voaram três aeroportos na redução da dívida do Município de Lisboa. E isto é uma obra deste executivo; -----

----- Quero, em segundo lugar, salientar o seguinte: talvez o elemento mais importante destas contas é o elemento menos discutido e menos visível destas contas. É que estas contas conseguem ter o melhor resultado dos últimos dez anos, assegurando algo que a Câmara Municipal de Lisboa há muito ambicionava ter, que é um equilíbrio corrente, entre as despesas e as suas receitas, isto é, está estruturalmente, equilibrada, e estamos a utilizar o elemento adicional do ponto de vista das receitas que não englobamos como receitas correntes, para amortizar dívida do passado, para resolver diferendos do passado e para investir no futuro da Cidade de Lisboa. O que nós estamos a fazer não é comprometer o equilíbrio futuro da cidade para mais investimento no presente, o que nós estamos a fazer não é, de forma alguma, tão longe que era dos tempos passados e que era comprometer o presente e o futuro da Cidade de Lisboa para desequilíbrios correntes, para desequilíbrios de investimento, não, o que nós estamos a fazer é manter o equilíbrio corrente da Cidade de Lisboa em níveis prudentes, utilizando as receitas que temos em excesso para amortização da dívida, para aumentar a nossa margem de manobra, para resolver diferendos de décadas que atolavam o Município da Cidade de Lisboa, e para investir na cidade, na resolução dos problemas que há tantos anos estamos confrontados. E quero destacar que nós mantemos este equilíbrio corrente no equilíbrio virtuoso, difícil de ser atingido, mas

que é conseguido por uma gestão de grande rigor, de grande exigência do ponto de vista da despesa corrente, porque nós atingimos este equilíbrio corrente com os impostos mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa e com as taxas mais baixas possíveis, dadas o enquadramento legal que nós estamos confrontados. E por mais voltas que os Senhores Deputados dêem na negação da realidade e dos factos, esta é a realidade e a verdade dos factos. Nós temos um equilíbrio estrutural das contas da Câmara de Lisboa, estamos preparados para enfrentar o futuro, com segurança, na Câmara Municipal de Lisboa, e fazemo-lo poupando os cidadãos com as mais baixas taxas de impostos, daquilo que podemos, daquilo que a lei nos permite, porque temos uma gestão capaz, uma gestão que foi capaz de dar estes resultados à cidade, e de dar estes resultados aos cidadãos. -----

----- Há uma pergunta feita pela Deputada Ana Páscoa que merece uma resposta direta. Que reconhecendo, e bem, de forma clara, a boa saúde financeira da Câmara, diz algo que é importante: “As boas contas em si não são o fim, são o instrumento. Boas contas para quê? De que forma? Para realizar o quê na política da cidade?”. Senhora Deputada, eu digo-lhe com toda a clareza, e não vou ser exaustivo, porque não posso, hoje, aqui, ser exaustivo, porque senão era o Debate do estado da Cidade, ou dois e três Debates dos Estado da Cidade. Mas eu digo-lhe para o que é que está a servir o equilíbrio das contas da Câmara, e está a servir, em primeiro lugar, para cuidarmos do direito à habitação. Nós iniciámos as obras no Padre Cruz e iniciámos as obras no Bairro da Boavista, anunciámos um investimento para cuidar do direito à habitação de uma parte dos mais desfavorecidos da Cidade de Lisboa por uma razão, porque nós podemos fazer isto, neste momento, e o programa de investimento que terá, quando concluído, uma dimensão de cerca de 60 milhões, não tem paralelo, nas últimas décadas, em termos de investimento na habitação nova e na construção da habitação nova por uma razão, porque a Câmara Municipal de Lisboa pode, neste momento, fazer esse investimento. -----

----- Pergunta-me a Senhora Deputada “Mas para que é que servem as contas em ordem?”. As contas em ordem servem para desenvolver uma política de direito à habitação que permita que os jovens e as classes médias regressem à Cidade de Lisboa. E sabe porque é que isto é possível? Porque nós lançámos um Programa de Renda Acessível que empregará duas mil novas habitações no Vale de Santo António porque nós pudemos recuperar a posse da propriedade do Vale de Santo António. -----

----- Pergunta; “Boas contas para que fim?”. Para a melhor qualidade de vida na Cidade de Lisboa. Porque as boas contas é o que está a permitir que nós façamos o investimento nos mais desfavorecidos na cidade, no programa mais ambicioso de requalificação de todos os bairros municipais, 25 milhões de euros que estão em curso no contrato-programa com a GEBALIS. Boas contas para quê? Boas contas para protegermos a cidade ao darmos início à execução de um programa há tanto ambicionado nesta cidade, que é o Plano Geral de Drenagem para, finalmente, podermos ter uma barreira de proteção para melhor protegermos a cidade relativamente ao fenómeno das cheias. Boas contas para quê? Boas contas para termos uma cidade com melhor qualidade de vida. -----

----- Senhores Deputados, há dois anos atrás, três anos atrás, não havia reunião de Câmara, não havia reunião de Assembleia Municipal que não houvesse o inevitável *PowerPoint*, normalmente em modo *repeat*, a mostrar fotografias de todos os buracos da cidade. Hoje a crítica, aliás, que se ouve, e desculpem o ridículo, repetir o ridículo é dizer que nós, agora, estamos a pavimentar ruas que não eram precisas ser pavimentadas. Vejam lá onde isto já chegou. -----

----- Boas contas para quê? Boas contas para resolver os problemas de manutenção da cidade, boas contas para podermos investir no programa “Uma Praça em cada Bairro”, e podermos devolver mais cidade aos cidadãos, boas contas para podermos investir na recuperação do Eixo Central, boas contas para podermos investir nas obras da 2ª Circular, na recuperação da Frente Ribeirinha, Boas contas para quê? Para podermos devolver a Feira Popular à Cidade de Lisboa. Mas boas contas, também para podermos assegurar o direito à cultura, o direito ao acesso à cultura, à fruição cultural de todos. -----

----- Senhores Deputados, a Cidade de Lisboa foi o ponto de resistência encontrado por muitas instituições culturais que na razão sofrida por uma política cega, uma política a nível nacional, conseguiram encontrar na Cidade de Lisboa, e na Câmara de Lisboa, um ponto de apoio para a sua manutenção e para a sua sobrevivência. E se nós hoje, estamos com um potencial de os apoiar mais, e de fazer crescer e de aproveitar as dinâmicas culturais é porque muitas instituições sobreviveram porque neste momento, a Câmara Municipal de Lisboa teve as contas em ordem para os poder apoiar, e não lhes falhar num momento de maior necessidade. Foi esta a política dos últimos anos, deste executivo. -----

----- Senhores Deputados, por fim, boas contas para quê? Boas contas para dar mais emprego e mais oportunidades aos jovens. Porque é com boas contas que nós estamos a fazer um acordo com o Estado para podermos ficar com o edifício da Manutenção Militar que vai ser o maior polo de desenvolvimento da zona oriental da cidade, que vai ser um polo de agregação de milhares e milhares de jovens na criação de novas empresas, vai ser um polo de instalação de emprego qualificado para tantos e tantos jovens qualificados que querem essa oportunidade da nossa cidade, e que até, já saíram da cidade, que até já saíram do país, e que nós queremos que voltem a ter a oportunidade na Cidade de Lisboa. -----

----- Senhores Deputados, de todo este debate, há algumas críticas, há alguns pontos que eu quero dar uma resposta direta. -----

----- Diz o Senhor Deputado do BE que a política da Câmara é um saque ao bolso dos munícipes. Senhor Deputado, por muitas vezes que repita uma mentira, por muitas vezes que a queira adjectivar, por muito que queira criar um facto inexistente, há algo que o Senhor Deputado não consegue, é que tudo aquilo que diz não tem nada a ver com a realidade dos factos, nada a ver com a realidade dos factos. E há uma coisa que lhe digo, adjectivação superlativa nunca conseguirá vencer a realidade dos factos, e a realidade dos factos é que esta Câmara tem praticado, do lado da receita, o melhor esforço que pode para ter tido uma política contracíclica na vida que o país tem, e no momento que o país tem, como também do lado da despesa do ponto de vista das



políticas e tem feito, precisamente, isso mesmo, porque quando nós discutimos as aplicações das receitas e do orçamento que temos, quando fazemos as prioridades na construção, no direito à habitação, quando nós as fazemos nas reabilitações dos Bairros Municipais, quando nós as fazemos na devolução da cidade às pessoas, o que nós estamos a tratar é devolver e criar melhores condições para os mais desfavorecidos da nossa cidade, para aqueles que mais precisam da nossa cidade, e para a melhoria geral da qualidade de vida para todos aqueles que querem viver na Cidade de Lisboa. E não há nenhuma adjetivação supérflua que o Senhor Deputado queira inventar que possa contradizer, ou beliscar, o mínimo que seja, esta realidade. --

----- Diz, depois, o Senhor Deputado, o seguinte: “A alienação da cidade a retalho é a nossa linha vermelha”. Senhor Deputado, o Senhor Deputado não encontrará, seguramente, executivo que mais aquisições e reforço do património tenha feito do que este executivo. É por ter tido as contas em ordem que nós conseguimos adquirir o terreno de Entrecampos e o terreno do Parque Mayer, permitindo, à cidade, ganhar margem de liberdade para o desenvolvimento daquelas zonas da cidade que tão sacrificadas foram. Eu gostava já de o ter feito, gostava, mas a verdade é que nós pudemos fazer essa aquisição para dar poder á cidade para gerir isso. -----

----- Senhor Deputado “política de alienação e cidade a retalho”? Senhor Deputado, onde é que o Senhor Deputado estava quando nós votámos aqui o fim do diferendo com o grupo Bernardino Gomes, e retomámos a posse do Vale de Santo António que vai ser o local de maior desenvolvimento do programa de Renda acessível da Cidade de Lisboa? Onde é que o Senhor Deputado estava? Onde é que o Senhor Deputado estava quando se votou, aqui, a aquisição dos terrenos para a nova Feira Popular? E onde é que o Senhor Deputado estava quando se votou, aqui, num processo único, um processo de aquisição muitíssimo significativo de novas instalações para os serviços da Câmara Municipal de Lisboa, para prestarmos um melhor serviço a todos os munícipes? Senhor deputado, por mais que queira criar uma tese que lhe poderá dar um dividendo para uma campanha eleitoral de que tenho aqui uma política patrimonial e urbanística de favorecimento da grande especulação e do grande capital, também há aqui, um outro problema, sabe qual é? É o problema dos factos. É que os factos de que a política de aquisições do Município de Lisboa tem sido muitíssimo significativa, há de ser, e há de continuar a ser em função das necessidades mas, também, fazemos a política das alienações por convicção e porque é boa para o desenvolvimento da cidade. Nós não temos problema de fazer a política das alienações porque ela serve os propósitos da cidade. Quando nós fazemos hastas do “Reabilita Primeiro, Paga Depois”, estamos a servir um programa de reabilitação urbana da cidade. Quando nós fazemos a alienação de terrenos em zonas importantes, nós estamos a contribuir para a finalização de planos que se arrastavam há décadas, e que bloquearam o desenvolvimento da cidade. Foram boas decisões as alienações que foram feitas, e prosseguiremos assim que elas sejam necessárias para nós cumprirmos o plano de devolvermos e de construirmos melhor a Cidade de Lisboa. -----

----- Mas quero, por último, referir-me às críticas feitas pela direita, e talvez não posso aqui não mudar, um pouco, o tom, e possa aqui esboçar algum sorriso. Porque, de

facto, as críticas da direita, permita-me que generalize assim, mais em grupo, as críticas da direita vão evoluindo, é uma crítica “*ongoing*”, sabemos que é sempre em construção....olhe, exatamente, uma oferta direta ao Deputado Magalhães Pereira, uma cortesia ao Deputado Magalhães Pereira, era a crítica de que a cidade não investia na resolução dos problemas, eram os buracos, eram os buracos, era o lixo, era a drenagem. Temos um Plano de Pavimentação, estamos a investir num novo sistema de recolha de contentores para permitir complementar a rede que temos, estamos a executar um Plano de Drenagem. Segunda crítica, não vai ser nada suspenso, está a ser executado o Plano Geral de Drenagem. Mas quando se começaram os investimentos, oiça só o seguinte, Senhor Deputado, quando começaram os investimentos, vieram dizer o seguinte: “não, não se faz porque estes investimentos são péssimos”. Foi assim com o Eixo Central, é assim com a 2ª Circular, é assim, são péssimos. Mas depois, além do debate diz: “Não, não, os investimentos não são péssimos, é um absurdo é fazê-los a todos ao mesmo tempo. Isso é que vai causar o caos”. Quando não causa o caos, qual é a proposta e qual é a resposta a seguir? Bom, nós não sabemos. Só uma coisa é que nós sabemos, é que irão arranjar uma razão qualquer para ser contra, e um motivo para ser contra. -----

----- Pois eu gostava de ser muito claro, e de lhe responder de forma muito clara à vossa política e à vossa orientação, eu acho, aliás, que vai muito daí, muita desorientação e muita falta de visão sobre o futuro da Cidade de Lisboa, e vou-vos responder, nós investimos, neste momento, na Cidade de Lisboa, em primeiro lugar, porque nós podemos investir na Cidade de Lisboa, porque nós recuperamos a situação financeira de uma Câmara falida, e temos hoje, os recursos para investir na Cidade de Lisboa. Mas há uma segunda razão, e última, pela qual nós fazemos, é porque é nossa obrigação investir na Cidade de Lisboa. Nós não adiamos o futuro da Cidade de Lisboa, nós construímos o futuro da Cidade de Lisboa, e é assim que fazemos em todos os dias que tivermos o poder de governação da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, a Mesa não regista mais pedidos de palavra, há aqui no entanto um esclarecimento e uma correção que eu sou obrigada a fazer. Eu disse no princípio do debate que a Lei não nos obriga a votar os instrumentos de gestão, acontece que a Lei diz duas coisas diferentes conforme a Lei que a gente for buscar e, portanto, a Lei das Finanças Locais, que é atualmente a Lei 73/2013, salvo erro no seu artigo 76 diz que “os documentos de prestação de contas individuais das Autarquias Locais, das entidades Intermunicipais e das entidades Associativas Municipais são apreciados pelos seus Órgãos Deliberativos reunidos em Sessão Ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, são apreciados”. Muito bem.-----

----- Depois vamos à Lei das Competências que saiu ao mesmo tempo, do mesmo Governo e com uns dias de intervalo e nas competências da Assembleia Municipal, no seu artigo 25 diz na alínea l) do nº. 2 “Apreciar o inventário dos bens, direitos e

obrigações patrimoniais fazendo a respetiva avaliação”, que era também uma crítica sistemática que aliás se fazia às contas da Câmara mas que agora já vem sempre junto com as contas, e depois diz “bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas”, portanto, havendo estas duas versões naturalmente vamos pela mais exigente que é apreciar e votar, ou seja, na fundamentação jurídica da norma habilitante para esta proposta, para além das alíneas que já cá estão falta uma referência à alínea l) do nº. 2 do Artigo 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais que nos manda apreciar e votar os documentos de prestação de contas.-----

----- Esta alínea não estava referenciada na proposta da Câmara, deveria estar, não tenho a culpa que as duas leis não se conjuguem mas naturalmente temos conhecimento das duas e temos que procurar obedecer a ambas, portanto, segundo uma apreciamos e votamos segundo a outra que determina as nossas competências. ----

----- Posto este esclarecimento e chamando a atenção que estamos a apreciar as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão da proposta 192, que a Câmara solicita-nos que aprovemos o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, não faz aqui referência ao Inventário, mas naturalmente sabemos que ele está anexo às Demonstrações Financeiras, como é obrigatório. -----

----- Depois pede-nos que tomemos decisão, isso é o ponto 3, sobre a Aplicação do Resultado Líquido de Exercício, portanto, o que vamos votar são os Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Inventário e a Aplicação do Resultado de Exercício, penso que isto está claro para todos e é isso que vamos votar se ninguém pede a votação em separado votaremos naturalmente de uma só vez e é a proposta 192/2016. -

----- Estamos em condições de votar? Ninguém pede a palavra? Portanto, ao abrigo das disposições legais aqui previstas na proposta e ainda da alínea l) do nº. 2 do Artigo 25 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro nós vamos votar a Proposta 192/2016 nos termos em que ela está. -----

----- Senhor Deputado Magalhães Pereira se faz favor? Na 192 decide-se a aplicação de resultados e na 193 integra-se os resultados apurados na Revisão Orçamental, são duas coisas diferentes, portanto, a aplicação de resultados é juntamente com a apreciação das contas, quando se apura o resultado decide-se qual é o destino que se lhe vai dar. -----

----- Vamos pôr então à votação **a Proposta 192/2016**. Votos contra do CDS/PP, do MPT, do PSD, do PCP, do PEV e do Bloco de Esquerda. Votos de abstenção do PAN. Votos favoráveis do Partido Socialista, dos Deputados Independentes e do PNP. As Contas estão **aprovadas por maioria**, nas condições que foram explicitadas. -----

----- Vamos passar agora à proposta seguinte que é a proposta 193/2016 e que é a 1ª. Revisão Orçamental cujo objetivo é integrar no Orçamento de 2016 o resultado do exercício apurado nas condições em que ele foi apurado. -----

----- **Proposta nº. 193/CML/2016 – 1ª. Revisão Orçamental, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. Do regime Jurídico das Autarquias Locais publicado em anexo à da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;** -----

----- (A Proposta nº. 193/CM/2016 fica anexada a esta Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. Comissão Permanente fica anexada a esta Ata como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- Pergunto ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva se quer fazer a apresentação da 1ª. Revisão Orçamental? Dispensa a apresentação. O Senhor Deputado Relator é o Senhor Deputado Hugo Lobo prescinde da apresentação do Relatório. -----

----- Temos alguns Senhores Deputados inscritos e vamos ouvi-los.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Muito obrigada Senhora Presidente, muito rapidamente dizer apenas o seguinte: portanto, a presente proposta decorre da necessidade da Câmara afetar o Orçamento do saldo de gerência de 2015, no caso concreto no montante de 194 milhões.-----

----- Do nosso ponto de vista é pacífica de facto a sua inclusão no lado da receita mas temos algumas dúvidas em relação na análise que fazemos a que rubricas de despesa é que vai ser afeta esta importância, constatando-se que no essencial não será aplicada na aquisição de bens e serviços correntes 26,3 milhões de euros e na aquisição de bens de capital em 84,2 milhões de euros, portanto, nesta análise que fazemos mais detalhada e que resulta portanto dos documentos que temos à nossa disposição verificamos que há uma componente importante que vai para o famoso terreno da Feira Popular, que nós votámos aqui favoravelmente, assim como também votámos favoravelmente por exemplo, entre outros que poderíamos dar a importância em relação ao PIPARU, portanto, 11,4 milhões.-----

----- Nós face a isto, portanto, uma vez que faça a estas importâncias e as rubricas onde serão realmente gastas ou afetadas estas verbas nós vamos abstermo-nos nesta proposta, há partida temos de facto algumas reservas mas atendendo ao nosso voto favorável e que pensamos continuar a manter em relação a situações destas, portanto, o nosso sentido de voto é no sentido da abstenção. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores e Deputados.-----

----- Analisado que foi e votado por força desta maioria e seus apêndices o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do ano de 2015, vem a Câmara pressurosamente proceder ao pedido de autorização de Revisão Orçamental em 2016, para acomodar os resultados transitados.-----

----- De notar desde logo que, ao contrário do que é a melhor prática, não vem esta solicitação acompanhada das respetivas e correspondentes Notas de Abertura, onde se desenvolvem os critérios que presidem à distribuição desses mesmos resultados.-----

----- Não vem e deveria vir, para se poder evitar a situação de se propor a aplicação de mais de 100 milhões de Euros a dotações indefinidas, todas em rubricas orçamentais da Direção Municipal de Finanças.-----

----- É obra Senhora Presidente.-----

----- Vem o Senhor Vereador explicitar que se trata sobretudo de prover a diversos Fundos recém-criados que não possuem histórico sequer apreciável, o que não permite precisar a validade e interesse real nesse imediato provimento, alguns aliás, ainda desprovidos do respetivo Regulamento.-----

----- O que vemos é um abstrato ajustamento de deficiências que são agora reconhecidas ao nível da especialização do exercício do Turismo de Lisboa e vagas informações sobre o arranque das obras da Feira Popular, da essencialidade das Lojas com História e de ações em processos judiciais. -----

----- Além, é claro, do PIPARU.-----

----- Portanto completamente insuficiente e falho da devida fundamentação. -----

----- Não podemos também deixar de sublinhar a qualidade duvidosa dos documentos que transcrevem o debate em Câmara, com notórios erros interpretativos, chegando ao ponto de, em termos de votação final da Proposta, apresentar 3 versões diferentes do seu resultado, não aparentando acertar em nenhuma. -----

----- Senhora Presidente temos insistido que é preciso maior e melhor cuidado nos documentos que são remetidos pela Câmara ao Parlamento da cidade. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Relativamente à questão da transcrição do debate em Câmara, tem razão que houve efetivamente uma distribuição inicial de uma transcrição que estava incorreta, foi substituído o documento, foi distribuído a todos os Senhores Deputados a nova versão do documento com a transcrição corrigida, foi substituído no *site* e naturalmente com o pedido de desculpas do serviço que faz esta transcrição, que tem uma grande acumulação de trabalho e que portanto teve ali um lapso e o próprio serviço teve a preocupação de nos fazer chegar a correção, portanto, fez bem em fazer o seu reparo, estou apenas a dizer que o próprio serviço assim que deu conta do erro tratou de o corrigir para que os documentos estivessem conformes no momento da votação, que é hoje. Vamos prosseguir.-----

----- Como não há mais ninguém inscrito pergunto ao Senhor Vereador se quer responder. -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Queria clarificar que a proposta é bem explícita, há coisas que podem suscitar alguma dúvida de interpretação mas eu tentarei de imediato resolvê-las.-----

----- A proposta pretende que se apliquem 46 milhões de euros em amortização de dívida, 25 milhões de euros para resolução de processos judiciais, portanto, no fundo estamos aqui a fazer uma gestão prudencial no sentido de podermos acomodar algumas resoluções deste ano de processos judiciais, mais 25 milhões para assegurar um conjunto de atividades que estão em dotação não definida não estando ainda no fundo explicitado quais são e, portanto, aquelas que conseguirem ter os processos a andar mais rapidamente são aquelas que vão usufruir deste pequeno balão de 25

milhões de euros; 6.9 milhões para reforço da área financeira para cobertura relacionada com restituições e encargos de cobranças de receita, portanto, a chamada despesa virtuosa, contamos digamos com a receita ter os níveis de cobrança que temos neste momento, é expectável que tenhamos que pagar, por exemplo, à Autoridade Tributária pela prestação de serviço de cobrança dessa receita, eu não sei se sabiam que era assim o mecanismo, mas para ficar claro; 3.4 milhões na constituição de um conjunto de fundos que ou porque ainda não estavam constituídos à data que se fez o Orçamento ou porque não estavam regulamentados e agora pretendemos regulamentá-los, como seja o Fundo de Turismo, as Lojas com História ou o Fundo de Urbanização; 1.1 milhões de euros para desenvolvimento de projetos da nova Feira Popular, também penso que não há aqui nenhuma nocividade, a única novidade é a criação de uma entrada nova e explícita sobre esta matéria que confere transparência à própria execução e 16.5 milhões de euros para reforço da dotação PIPARU no fundo na sequência de tudo o que já está aprovado e acomodando aquilo que era ali 16.5 milhões que transitaram aliás do ano anterior, transitaram no ano anterior porque foi preciso também um mecanismo técnico, era preciso suscitar essa mesma dotação no ano anterior aos Bancos envolvidos e, portanto, por isso transita no saldo.-----

----- E pronto, parece-me que não há aqui nada assim de tão estranho! A abordagem é por um lado muito clara e concreta, por outro lado é prudencial porque como todos sabemos de facto temos estado a melhorar a nossa performance por exemplo nomeadamente relativamente aos processos judiciais, mas todos sabemos que o fardo ainda é pesado e, portanto, vamos tentando acomodá-lo à medida que os processos se vão resolvendo, é basicamente isto, para além de que a dotação mais significativa, portanto, o valor mais significativo é como alguns tantos ambicionam e nós também para amortizar dívidas!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- A Mesa não regista mais pedidos de palavra e vamos pôr então à vossa votação a 1ª. Revisão Orçamental de 2016, a **proposta 193/2016**. Votos contra do CDS/PP, MPT, PSD e Bloco de Esquerda. Votos de abstenção do PAN, PEV e PCP. Votos favoráveis do PS, IND e PNP. A Proposta está **aprovada por maioria**.-----

----- Terminámos os nossos trabalhos por hoje, na próxima semana temos perguntas à Câmara e teremos uma parte dos nossos trabalhos dedicados também a propostas que já têm pareceres prontos, eu vou ver agora e fazer o ponto de situação e ver o que é que podemos agendar, se necessário eu convocarei uma Conferência de Representantes, mas não posso ainda conformar porque pode não se justificar, vou ver como é que estão as coisas e terão notícias amanhã ou depois o mais tardar.-----

----- Muito obrigada e até para a semana”.-----

-----A sessão terminou eram dezanove horas e cinco minutos.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos

DRAFT

do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----  
-----A PRESIDENTE -----